

RELATÓRIO DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

RACISMO E XENOFOBIA EM PORTUGAL

A NORMALIZAÇÃO DOS
DISCURSOS DE **ÓDIO**
NO ESPAÇO PÚBLICO
DA **INTERNET**

JUNHO DE 2022



CRIA

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Relatório do projeto de investigação
“Racismo e Xenofobia em Portugal: a normalização dos discursos de ódio
no espaço público da internet”

ÍNDICE

Agradecimentos.....	1
Resumo.....	2
Prefácio.....	3
1. Introdução.....	7
2. Objetivos.....	11
3. Enquadramento Teórico.....	11
4. Instrumentos Conceptuais.....	13
4.1. Racismo.....	13
4.2. Discurso de ódio racial.....	14
5. Enquadramento Legal.....	15
6. Os discursos de ódio e a política das redes sociais: Facebook e Twitter.....	17
7. Metodologia e recorte temporal.....	18
7.1. Abordagem qualitativa: Análise Crítica do Discurso e realização de entrevistas.....	18
7.2. Páginas do Facebook e contas do Twitter analisadas.....	19
7.3. Abordagem quantitativa: realização de um inquérito.....	19
8. O Racismo nas Redes.....	19
9. Análise dos comentários no Facebook.....	21
9.1. Imigrantes, Refugiados e Islamofobia.....	21
9.2. Afrodescendentes, narrativa colonial e discursos de ódio.....	27
9.3. Pandemia, exclusão e vigilância sobre as populações racializadas: o caso da comunidade cigana.....	31
10. Discursos de ódio e ativismo antirracista: o caso de Mamadou Ba.....	34
11. O Twitter em Portugal.....	38
11.1. Método de análise.....	39

11.2. Tipos de marcadores encontrados.....	39
11.2.1. Insulto “puro e duro”	39
11.2.3 Racismo reverso/inverso.....	40
11.2.3. Ideia de não pertença.....	40
11.2.4. Politicamente correto e liberdade de expressão.....	40
11.2.5. Não há racismo em Portugal.....	40
11.2.6. Racismo <i>online</i> e <i>offline</i>	41
11.3 Atores e termos mais utilizados.....	42
12. A Produção de Memes e a disseminação do ódio.....	43
13. Resultados do Inquérito.....	47
14. Divulgação e comunicação dos resultados.....	48
15. Conclusões.....	49
Referências bibliográficas.....	56

Agradecimentos

Primeiramente, gostaríamos de agradecer à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), instituição financiadora do projeto, enquanto agente dinamizador da produção de conhecimento numa área ainda muito pouco explorada pela academia portuguesa. Em segundo lugar, os nossos agradecimentos dirigem-se ao Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), instituição que acolheu este projeto, e que, desde a primeira hora, se mostrou disponível para apoiar, nas várias vertentes, o desenrolar dos trabalhos. Um agradecimento também para o “Educar” e “Kazumba”, entidades parceiras do projeto. Uma palavra especial para o Museu do Aljube e da Resistência, pela pronta disponibilidade manifestada no acolhimento da sessão pública de divulgação e discussão dos resultados da investigação. Gostaríamos de agradecer também a amabilidade das pessoas que contribuíram, com as suas visões, para o enriquecimento crítico do projeto, nomeadamente a Mamadou Ba, Conceição Queiroz, Joana Gorjão Henriques, Marta Ramos, Ricardo Borghi e Ana Paula Costa. Por fim, mas não menos importante, uma palavra especial para Leonardo Custódio, Tarcízio Silva e Rodrigo Saturnino pelos relevantes contributos teórico-práticos prestados.

Resumo

Este projeto de investigação assenta numa análise crítica dos discursos de ódio racial produzidos e reproduzidos na internet. Respondendo à necessidade em criar pesquisas que partam de um corpo teórico crítico, o estudo fundamenta-se em metodologias qualitativas e quantitativas de análise de plataformas virtuais. Pretende-se, assim, monitorizar, compreender e caracterizar as narrativas que sustentam a propagação dos discursos de ódio racial no contexto português. A linha teórica na qual a investigação se apoia fundamenta a ideia de que o racismo não constitui um epifenómeno na história ocidental e europeia. Pelo contrário, é justamente o seu carácter estrutural que criou condições para a consolidação e banalização dos discursos abertamente racistas.

O projeto, ao estabelecer uma perspetiva comparativa entre o período pré-pandémico e pandémico, não só analisa o impacto da pandemia na disseminação dos discursos de ódio, como apresenta um conjunto de estratégias, contra-narrativas e recomendações que podem contribuir para desconstruir, desafiar e combater eficazmente o racismo.

Prefácio

Racismo e xenofobia são mecanismos do ódio ao outro, ao diferente, às alteridades. Essa conceituação é importante de ser reconhecida para darmos o devido peso – e reações à altura – que práticas racistas e xenofóbicas exercem em suas vítimas. O horror subjacente no racismo e na xenofobia não podem, porém, ser explicados apenas pela lente da diferença. Trata-se de um horror estratégico, calcado na construção global da noção de raça como ferramenta de poder e opressão, indispensável para a exploração e domínio de outros povos e de toda a natureza.

O colonialismo europeu desenvolveu a distribuição global de riquezas, opressão e bases do capitalismo a partir da noção de raças e gradações de humanidade. Partindo da validação religiosa cristã das bulas papais de Nicolau V à validação do racismo pseudocientífico de Carl Linnæus, o Ocidente eurocêntrico produziu séculos de desinformação e distorção da realidade social para justificar estruturas autoreprodutivas de opressão e exploração colonial e capitalista que seguem em transformação constante.

Produzir estrategicamente a ignorância é um traço central das opressões racistas e xenofóbicas em torno da branquitude, entendida como um “lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade” nas palavras de Cida Bento (Bento, 2002). O conceito de ignorância branca foi a lente aplicada por Charles Mills para entender a conformação do *contrato racial* que estabelece acordos ou meta-acordos entre um grupo de humanos vinculados política, econômica e epistemologicamente ao eurocentrismo para regular acesso a recursos e privilégios em detrimento de outros grupos enquadrados, em decorrência, em status inferiores de humanidade. Mills enfatizou que o caráter normativo e não apenas sociológico dos processos cognitivos-sociais que promovem crenças falsas deve ser buscado para que possamos “entender como certas estruturas sociais tendem a promover esses processos crucialmente falhos, como extirpar-se pessoalmente deles (se isso for possível), e como fazer a nossa parte para miná-los na esfera cognitiva mais ampla” (Mills, 2018: 423).

O relatório *Racismo e Xenofobia em Portugal: A Normalização dos Discursos de Ódio no Espaço Público da Internet* colabora para as redes de incidência programáticas para

a superação do racismo. A explícita inclusão de recomendações a partir de tão rica análise deve ser louvada, já que a academia científica deve sim, em países ainda formatados pelo racismo, estabelecer sugestões sobre políticas públicas e avanços legislativos. Recomendações como tipificação clara e inequívoca sobre a matéria; criminalização do discurso de ódio; campanhas de informação e ferramentas educativas; e responsabilização de plataformas digitais que lucram com comentários racistas e xenófobos colaboram ao conhecimento e incidência globais sobre a questão.

O caráter global do racismo e supremacia branca resulta que dinâmicas de manutenção das opressões possuem similaridades e particularidades em cada contexto nacional. O presente relatório explora, através de mapeamento e análise discursiva, categorias expressivas de violência como a própria negação do racismo e tentativas de invisibilidade e silenciamento de figuras que o denunciam. No assédio direcionado a militantes e parlamentares, há uma tentativa de manutenção da ignorância sobre a realidade social, denunciada por muitas e muitos intelectuais em torno do Atlântico.

A consideração de Grada Kilomba (2019) sobre a sistemática desqualificação das vozes da comunidade *negra* possui paralelos com o que Abdias Nascimento diagnosticou e publicou, na década de 60 do século passado, importante relatório sobre a estrutura racista no Brasil que chega a “negar aos mesmos proscritos pelo racismo seu legítimo direito de autodefesa!” (Nascimento, 2016, pos.1932).

Referenciando outras abordagens sobre desvelamento das invisibilidades e apagamentos da realidade social, tenho usado o termo “dupla opacidade” em diálogo com conceitos do véu e dupla consciência de W. E. B. Du Bois ou dupla sociedade de Beatriz Nascimento (2018). A dupla opacidade é a junção da denegação do racismo com a ideologia de neutralidade da tecnologia, ambas ferramentas da supremacia branca. A normalização do discurso de ódio hospedado em ambientes digitais geridos por enormes empresas de tecnologia passa pela dupla opacidade que dificulta a luta contra racismo e xenofobia na internet.

O entusiasmo com a aparente quebra das hierarquias midiáticas e com a sonhada superação da comunicação *broadcast* marcou o início do nosso século, quando muitos acreditavam ainda que a internet seria o caminho para um ciberespaço utópico sem amarras materiais ou identitárias a noções de espaço, classe, território, raça e gênero. Ao invés de abraçar e louvar as diferenças e diversidade como algo desejável e fruto de

complexos estímulos políticos, culturais e estéticos, a ideologia californiana buscou emular progressismo ao propor que um suposto universalismo ascético de um usuário da internet imaginário e neutro seria a solução – quando era justo um pilar dos problemas da branquitude.

Rapidamente jogando com os imaginários sociotécnicos da desintermediação midiática, as plataformas de mídias sociais tornaram-se centro do capitalismo financeiro e informacional, mediando hoje a esfera pública de grande parte do mundo. Somente muito depois da consolidação de oligopólios como o grupo comumente citado pela sigla FAANG (Facebook, Apple, Amazon, Netflix, Google), parecemos construir globalmente alguns consensos globais sobre a necessidade de regulação, supervisão, transparência ou mesmo quebra – através de antitruste – das gigantes da comunicação, tecnologia e inteligência artificial.

A violência digital contra grupos minorizados está conectada de forma íntima com os movimentos extremistas e antidemocráticos que ameaçam as instituições em torno do mundo, exemplificados nas eleições e referendos que beneficiaram a extrema-direita em países como EUA, Reino Unido e Brasil. A perseguição contra parlamentares negras descrita nesse relatório ecoa os horrores que acontecem no Brasil, como o assassinato e desinformação sobre Marielle Franco (Oliveira et al, 2020) e outras figuras políticas; ou dados que a Anistia Internacional (2018) levantou sobre violência digital contra mulheres dos EUA e Reino Unido – especialmente mulheres racializadas – no Twitter e a inação da plataforma¹.

A leniência sobre discurso de ódio nas plataformas é um entrave primordial sobre o futuro da própria democracia e da salvaguarda dos avanços sobre direitos humanos no século XX. O discurso de ódio que flui livremente nestas plataformas é mantido por uma dualidade cruel. De um lado, implementar programas efetivos para promoção de ambientes digitais saudáveis requer reconhecer os horrores da supremacia branca e outros sistemas discriminatórios ou de casta – representados por grupos que estão com frequência em posições de liderança no setor privado ou definição de políticas públicas.

De outro lado, a violência digital é transformada em conteúdo e dados explorados pelas plataformas. A falsa noção de que são apenas interfaces neutras deveria há muito

¹ <https://decoders.amnesty.org/projects/troll-patrol/findings>

ser superada – na medida em que os conteúdos, inclusive extremistas e odiosos, geram engajamento, impressões e informações monetizáveis. Entretanto, o acúmulo de editorialização algorítmica dos conteúdos e sua circulação, visibilidade, invisibilidade e segmentação de entrega reforça que plataformas de ordenação da comunicação como Facebook, Twitter ou Google são mídia e deveriam estar sujeitas a regulação apropriada.

Como contranarrativa da produção estratégica da ignorância, o relatório *Racismo e Xenofobia em Portugal: A Normalização dos Discursos de Ódio no Espaço Público da Internet* joga luz sobre muitas questões ainda não resolvidas em Portugal, mas não só: pode favorecer as redes antirracistas em prol de uma internet lusófona mais segura e potente para cidadãos de todo o mundo.

Tarcízio Silva

1 Introdução

Apesar do racismo não constituir um epifenómeno na história europeia, pode afirmar-se que a consolidação da internet e das redes sociais vieram conferir uma maior visibilidade às agressões raciais. Essas violências, expressas quotidianamente na esfera digital, têm vindo a merecer a atenção da academia e dos media internacionais. No que diz respeito ao contexto português, a ideia de que há uma “montanha de discurso de ódio a erguer-se nos media e nas redes sociais”, tal como se dava conta numa reportagem do jornal Público, publicada em março de 2019, ainda é relativamente recente.

Partindo destas premissas, o projeto “Racismo e Xenofobia em Portugal: a normalização dos discursos de ódio no espaço público da internet”, pretende contribuir para um conhecimento mais aprofundado acerca deste tema no contexto português. Contrariamente ao que se tem vindo a observar na academia europeia, norte-americana e brasileira, o estudo dos discursos de ódio racial em Portugal é consideravelmente escasso, pelo que um dos propósitos da presente investigação é o de estimular a comunidade científica nacional, procurando igualmente envolver a sociedade civil.

A perceção geral de que os discursos de ódio têm vindo a aumentar na esfera digital acentuou-se com o surgimento da pandemia. Exemplo disso, foram as palavras do Secretário Geral da ONU, António Guterres, que afirmou que o quadro pandémico tinha despoletado um “tsunami de ódio e de xenofobia”², com efeitos concretos em determinados grupos, com destaque para muçulmanos, asiáticos e estrangeiros. Assim, é igualmente a busca pela procura de respostas a esta perceção que motivou e orientou o projeto.

Tal como procuramos mostrar neste relatório, a realidade é bem mais complexa do que uma análise mais superficial poderia sugerir. De facto, e embora não neguemos que a pandemia possa ter tornado os discursos de ódio racial mais “palpáveis”, questionamos a tese que defende ou sugere que se trata de um fenómeno novo. Pelo contrário, argumentamos que é precisamente o carácter estrutural do racismo que criou um campo fértil para a normalização dos discursos de ódio. Evidentemente que o

² https://www.rtp.pt/noticias/mundo/pandemia-desencadeou-tsunami-de-odio-e-xenofobia-alerta-onu_n1227134

extraordinário crescimento das redes sociais tem sido um fator de disseminação do racismo e da xenofobia. A par disso, o contexto político internacional, em especial o crescimento e solidificação de movimentos e de partidos de extrema-direita, também tem desempenhado um papel de relevo na disseminação de discursos racistas.

Desta forma, o projeto, que se fundamenta em metodologias qualitativas e quantitativas de análise de plataformas virtuais, estabelece uma perspetiva comparativa entre o período pré-pandémico e pandémico. Assim, a monitorização e caracterização das narrativas de ódio racial produzidas na internet durante estes dois períodos permitirá perceber se a pandemia alterou a sua natureza ou se, pelo contrário, se verifica um padrão de continuidade relativamente ao passado.

Para tal, consideramos que a análise crítica dos discursos presentes nas plataformas Facebook e Twitter, bem como as edições digitais dos jornais Público e Correio da Manhã, com especial ênfase para as denominadas “caixas de comentários”, permite compreender a natureza das narrativas racistas que proliferam na internet. A escolha dos referidos jornais justifica-se pelo facto do Correio da Manhã ser o jornal mais lido pelos portugueses³. No caso do Público, para além de ser um jornal de referência, tem sobretudo a ver com o espaço que dedica, através de artigos de opinião e de notícias, aos temas com os quais a investigação dialoga.

A seleção das redes sociais Facebook e Twitter deve-se a vários fatores. No que se refere ao Facebook, é claramente aquela que domina em Portugal, com 93,4% dos utilizadores de redes sociais a afirmarem ter perfil criado nesta rede⁴. Além disso, o facto desta plataforma ser usada pelos referidos jornais proporciona aos seus leitores a possibilidade de comentarem os diferentes artigos e notícias, o que tem significado, na prática, que esses espaços se constituam em locais de produção e disseminação de discursos de ódio.

Já o Twitter, a terceira rede social com mais usuários em Portugal, tem sido um dos veículos mais utilizados por movimentos e partidos de extrema-direita, à semelhança, aliás, do que se tem verificado noutros contextos internacionais. Assim, e embora cientes que o racismo ultrapassa largamente este campo político, consideramos que a

³ Para uma análise mais detalhada acerca dos indicadores da imprensa nacional, ver Quintanilha 2018.

⁴ <https://www.marktest.com/wap/a/grp/p~96.aspx>

análise desta plataforma constitui uma via privilegiada de acesso ao “mundo” dos discursos de ódio.

O relatório encontra-se dividido em vários pontos. Num primeiro momento, para além da apresentação detalhada dos objetivos que guiaram a investigação, apresentamos o estado da discussão teórica. Não se trata de uma análise exaustiva, mas tão só destacar o modo como a academia tem problematizado os discursos de ódio racial na esfera digital. Conforme acima referido, mostramos que o crescente interesse que se verifica noutros espaços não é acompanhado pelos cientistas sociais portugueses.

No ponto seguinte, debruçamo-nos sobre os instrumentos conceptuais centrais que guiaram a investigação, concretamente as noções de racismo e de discurso de ódio racial. Assim, seguindo uma linha teórica contra-hegemónica, argumentamos que o racismo constitui um sistema de opressão, historicamente construído, pelo que sugerimos o abandono da tese que defende que se trata de um conjunto de atitudes ou de preconceitos individuais.

Posteriormente, analisamos sumariamente o enquadramento legal dos discursos de ódio em Portugal, enfatizando a ideia de que a inexistência de uma definição jurídica rigorosa poderá ser o motivo pelo qual o atual governo se compromete a avaliar a possível revisão da legislação que visa combater a discriminação e os discursos de ódio. Em seguida, abordamos as políticas que regem as redes sociais Facebook e Twitter. Assim, e apesar de ambas sublinharem o seu comprometimento no que toca ao combate aos discursos de ódio, verificamos, tal como ficará patente nos pontos seguintes, que essas pretensões parecem sobretudo um discurso retórico.

O ponto seguinte é dedicado à explicação e à justificação dos métodos e dos recortes temporais que foram seguidos ao longo da investigação, enfatizando a prioridade concedida às metodologias qualitativas, entre as quais se destaca a análise crítica do discurso. Tal como frisamos, trata-se do instrumento teórico e metodológico mais adequado, face à natureza do próprio projeto. Paralelamente, foram igualmente desenvolvidas outras metodologias qualitativas, tais como a realização de entrevistas semiestruturadas a ativistas, jornalistas e dirigentes associativos.

De modo a complementar os dados resultantes da análise dos discursos veiculados nestas plataformas digitais, foi construído um inquérito que teve como objetivo traçar um quadro mais completo da realidade digital portuguesa, permitindo aferir um

conjunto de elementos acerca das pessoas e dos grupos que têm sido alvo de discursos de ódio na internet.

Após uma breve seção na qual apresentamos alguns dados que mostram as tendências dos temas e dos termos mais populares nos últimos anos, nos quais se destacam, nas duas redes sociais analisadas, a palavra “racismo”, nos pontos seguintes discutimos e contextualizamos os discursos de ódio racial e xenófobo com os quais nos deparámos ao longo do processo de pesquisa. Assim, cada secção é dedicada à análise de discursos produzidos no Facebook, dirigidos a diferentes grupos etnicamente distintos, particularmente a refugiados, imigrantes, muçulmanos, afrodescendentes e ciganos.

Antes da apresentação dos resultados decorrentes da análise do Twitter, apresentamos uma secção sobre os discursos de ódio dirigidos a Mamadou Ba, militante do movimento SOS Racismo. Tal como explicitamos adiante com maior detalhe, e apesar da investigação não se centrar em nenhum ator social em particular, considerámos indispensável dedicar-lhe um ponto específico. Esta necessidade advém não só do facto do seu nome ser mencionado na esmagadora maioria das notícias, artigos, *posts* e *tweets*, como também devido à dimensão e à extrema violência dos discursos de ódio que lhe são dirigidos.

Cientes de que os discursos não se restringem à língua escrita, a equipa do projeto considerou pertinente lançar um olhar crítico para o contexto de produção dos denominados *memes*, já que estes constituem igualmente uma via de compreensão sobre o modo como a ironia, o humor e a sátira se relacionam com o sistema de opressão racial. Desta forma, a seleção de imagens e desenhos com os quais nos deparámos materializam discursos que se apoiam num quadro ideológico que fortalece relações assimétricas de poder.

O penúltimo ponto do relatório é dedicado às questões que se prendem com a divulgação e comunicação dos resultados. Tal como anteriormente frisado, um dos propósitos do projeto prende-se com a importância de apresentar os resultados não só no seio da academia, como também na sociedade civil. Assim, é convicção da equipa que a elaboração de um site do projeto constitui um meio de disseminação que pode envolver diferentes audiências. Para além do site, são apresentadas outras formas de divulgação que têm vindo a ser desenvolvidas.

O relatório termina com uma síntese das principais conclusões gerais que se foram defendendo ao longo do texto, concluindo com a necessidade de problematizar os discursos de ódio a partir de um quadro ideológico mais abrangente. Ainda dentro das considerações finais, elaboramos um conjunto de recomendações que, na nossa perspetiva, podem vir a ser instrumentos válidos e concretos para combater o racismo, a xenofobia e os discursos de ódio.

2 Objetivos:

Os objetivos traçados para este projeto são os seguintes:

- Monitorizar, caracterizar e analisar, criticamente, os discursos de ódio racial produzidos na internet durante o quadro pandémico, estabelecendo uma perspetiva comparativa com o período pré-pandemia;
- Problematizar o aumento e banalização dos discursos de ódio racista e xenófobo com o crescimento da extrema-direita política no contexto nacional e internacional;
- Fomentar o debate teórico em Portugal sobre discursos de ódio racial, estabelecendo um diálogo crítico com o quadro ideológico que os sustenta;
- Analisar a relação entre discursos de ódio racial e as noções de pertença à “nação”;
- Desconstruir a tese do “racismo inverso”;
- Elaborar um conjunto de estratégias, contra-narrativas e recomendações que visem combater a proliferação dos discursos de ódio;
- Estimular o envolvimento da “sociedade civil” na prevenção e combate dos discursos de ódio.

3 Enquadramento teórico

Na última década, as pesquisas académicas sobre racismo e discursos de ódio na internet têm conhecido um desenvolvimento assinalável, particularmente no contexto europeu, norte-americano e brasileiro (Daniels, 2013; Siapera et al, 2018; Silva, 2020). Motivados pelo lugar central que o espaço digital tem vindo a desempenhar na definição e reconfiguração das sociedades contemporâneas, foram publicados vários trabalhos

que analisam o impacto destas tecnologias nos sistemas estruturais de opressão (Silva, 2020; Matamoros-Fernández e Farkas, 2021).

Para além da importância das tecnologias digitais na contemporaneidade, o interesse crescente da academia na problematização dos discursos de ódio racial também se deve, em parte, à solidificação de movimentos políticos, através de manifestações digitais de grupos de extrema-direita.

Embora este campo teórico surja como reflexo do aumento e normalização dos discursos de ódio *online*, argumentamos que o racismo é uma marca estrutural das sociedades europeias (Fanon, 1975), pelo que a consolidação e banalização dos discursos abertamente racistas devem ser exploradas a partir desta ideia. Justamente, é esse o cenário que se observa no contexto português, pelo que estas narrativas devem ser entendidas e problematizadas a partir de um quadro ideológico mais abrangente. Com efeito, as agressões diárias e sistemáticas de que são alvo as comunidades racializadas em Portugal (negros, ciganos, refugiados, muçulmanos), além de serem um reflexo das ideologias hegemónicas que marcam a nossa sociedade, aprofundam ainda mais a sua subjugação simbólica e material.

No entanto, e em contracorrente com a crescente vitalidade da discussão teórica que se observa a nível internacional, a produção científica nacional, nesta área específica ainda é escassa. Há, contudo, a registar a publicação de três investigações realizadas sobre esta temática no contexto português. A primeira, da autoria de Teles (2020), aborda os discursos racistas veiculados na rede social Twitter, a propósito da violência policial exercida sobre os habitantes do “bairro da Jamaica” (Seixal, distrito de Setúbal). Igualmente divulgado no mesmo ano, assinala-se o estudo de Ferreira (2020), que explora as estratégias de disseminação *online* de discursos de ódio dirigidos a migrantes e refugiados, utilizadas pelo Partido Nacional Renovador na sua página de Facebook. Mais recentemente, a investigação da autoria de Bari (2021), que analisa os discursos racistas veiculados pelos leitores das páginas de Facebook de três jornais nacionais, a propósito do já referido “caso da Jamaica”, constitui um importante contributo, tendo em vista o enriquecimento do debate teórico.

Importa igualmente referir que dados preliminares existentes, ainda que não abranjam os discursos de ódio *online*, apontam para um entendimento estreito daquilo que constitui “ódio racial” e que explicam o arquivamento da esmagadora maioria dos

processos de contraordenação por discriminação (Maeso et al, 2021). Neste sentido, este projeto, ao analisar criticamente os discursos de ódio racistas na internet pretende, por um lado, contribuir para preencher essa lacuna teórica. Por outro, questiona se a normalização destas narrativas constitui um fenómeno marginal alimentado pelo contexto pandémico ou se é antes um sintoma de uma sociedade que permanece marcada por hierarquias raciais.

4 Instrumentos conceptuais

Os conceitos centrais com os quais o projeto trabalha são o de “racismo” e “discursos de ódio racial”. Cientes de que não se tratam de conceitos rígidos e/ou universalmente aceites, explicitamos em seguida quais os nossos entendimentos:

4.1 Racismo

As conceções académicas predominantes sobre raça e racismo têm vindo a ser construídas a partir da tese ou paradigma do “preconceito”, assente na ideia de que o racismo se refere a um conjunto de crenças e atitudes partilhadas por determinados indivíduos (Bonilla-Silva, 1996). Esta corrente teórica, que se tornou proeminente a partir da década de 50 do Século XX, tem vindo a orientar grande parte das análises contemporâneas dentro e fora do circuito académico.

Contrariando esta abordagem, defendemos que uma conceptualização do racismo assente nestes moldes inviabiliza a sua verdadeira natureza e dimensão. Neste sentido, a linha teórica que orientou a presente investigação defende que o racismo deve ser concebido enquanto um sistema de opressão e dominação, historicamente construído, e que se consubstancia em questões de poder e de privilégio.

Com efeito, e pese embora as sociedades liberais ocidentais tenham vindo a insistir na tese de que o racismo é uma conduta moral inaceitável, uma patologia que não se coaduna com o seu *ethos* democrático (Hesse, 2007), a verdade é que a ideologia racial parece constituir um elemento fundamental em todo o processo de construção e consolidação da Europa como projeto político e identitário (Fanon, 1975). Desta forma, consideramos que a produção de discursos de ódio, *online* e *offline*, não pode ser dissociada do racismo estrutural, enquanto legado histórico resultante dos processos imperiais e coloniais europeus.

De qualquer forma, pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, torna-nos ainda mais responsáveis pelo combate à discriminação racial. Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo (Almeida, 2018).

4.2 Discurso de ódio racial

Compreendemos o discurso de ódio racial como qualquer ato discursivo que tenha como objetivo intimidar, agredir, hostilizar, desumanizar, subjugar e humilhar indivíduos ou populações percebidas como não-brancas. Importa salientar que a intimidação e discriminação não se direcionam a qualquer grupo social, mas àqueles que ocupam historicamente lugares sociais marginalizados, pelo que o que está em jogo é a afirmação e/ou reafirmação histórica da inferioridade de algumas populações, em relação a outras tidas como superiores.

Tendo em consideração que o racismo é um sistema de opressão, uma parte considerável dos discursos de ódio, ainda que aparentemente “codificados” (Siapera et al, 2018) e muitas vezes sob a capa da “liberdade de expressão”, procuram vincar a subalternização e inferiorização das populações racializadas, contribuindo para a perpetuação das relações de poder herdadas da ordem colonial.

Ainda que o projeto analise os discursos de ódio na internet, sublinhamos que estas narrativas têm consequências práticas para as populações racializadas, pelo que a sua reprodução na esfera digital não pode ser dissociada do “racismo do quotidiano” (Essed, 1991) que atravessa as sociedades europeias, entre as quais a portuguesa.

Importa referir que, através de uma representação branca, cisgenera e europeia, a *web/internet* apresenta-se como um veículo ainda amplamente gerenciada por brancos no que concerne à propriedade, administração, participação e representação (Rajagopal, 2002) e isso tem criado novas formas de segregação e desigualdades sociais (Fouché, 2012; Benjamin, 2019).

É neste sentido que Daniels (2013) sublinha que raça e racismo persistem de maneiras novas e exclusivas da Internet, ao lado de vestígios de formas seculares que se repercutem tanto *offline* quanto *online*, sendo o racismo *online* um “sistema de práticas contra pessoas racializadas que privilegiam e mantêm poder político, econômico e cultural para os brancos no espaço digital” (Tynes, Lozada, Smith e Stewart, 2018, cit. por Silva, 2019:2).

5 Enquadramento legal

É importante destacar que não existe, em Portugal, uma definição jurídica de discurso de ódio, embora esses atos sejam definidos e criminalizados quando dizem respeito à raça, etnia, religião ou procedência nacional, pela Lei n.º 93/2017, que estabelece o regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação, em função da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem, e que foi publicada em Diário da República no dia 23 de agosto de 2017.

Ao longo da propositura do *Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 - Portugal contra o racismo*, realizado em 2021, o governo atual comprometeu-se a "avaliar a possível revisão da legislação em matéria de combate à discriminação e ao discurso de ódio" (p.58), designadamente no âmbito contraordenacional⁵, tendo por parâmetro os dados recolhidos através da reorganização do *Alto Comissariado para as Migrações e da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial* e da criação do *Observatório Independente do Discurso de Ódio, Racismo e Xenofobia*.

O *Observatório Independente do Discurso de Ódio, Racismo e Xenofobia* trouxe a ideia de promover a produção, recolha, tratamento e difusão de informação e de conhecimento bem como a criação de parcerias de investigação, em matéria de racismo, discriminação e discurso de ódio, em articulação com a *Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial*, devendo o primeiro apresentar um relatório anual à Assembleia da República, com previsão para este ano.

Destacamos, ainda, o projeto de lei elaborado pela ex-Deputada independente Joacine Katar Moreira, Projeto de Lei 922/XIV/2, que propõe a Alteração do Código

⁵ <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/07/0002000072.pdf>

Penal, reforçando o combate à discriminação e aos crimes de ódio⁶. O projeto, que não parece ter tido visibilidade no debate político e no espaço público, encontra-se parado desde então. Face à carência de mecanismos legais que possibilitam a punição de crimes de ódios praticados com recorte no campo digital, não deixamos de assinalar a sua pertinência.

Relativamente ao aumento dos crimes de ódio no espaço digital em Portugal, tanto o *Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas* quanto a *Comissão Europeia contra o Racismo e Intolerância* têm vindo a expressar preocupações no que concerne ao crescimento contínuo e ao elevado risco da sua naturalização. Por fim, sublinhe-se a recomendação n.º R (97) 20 do *Conselho da Europa*, que adota uma definição internacionalmente concertada acerca do que se entende por “discurso de ódio”, sendo que este “deve ser entendido como aquilo que abrange todas as formas de expressão nas quais divulgar, incitar, promover ou legitimar ódio racial, xenofobia, anti-semitismo ou outras formas de ódio baseadas em intolerância, incluindo: intolerância expressa via nacionalismo ou etnocentrismo agressivos, discriminação e hostilidade contra minorias, migrantes e pessoas de origem migrante”⁷, bem como contra pessoas com orientação sexual e/ ou identidade de género não normativas.

Desta forma, percebe-se que há um forte indício dos documentos no estímulo de investigação sobre as condições legais existentes, e que, por consequência, questionam a eficiência da legislação em vigor e a prática legal, no que respeita ao discurso de ódio no contexto europeu.

Tais argumentos propiciam condições para estabelecer esforços para movimentação e revisão de enquadramento legal existente em alguns países, como em Portugal, tendo em vista a sua aplicação distinta dos diversos serviços e redes de media e comunicação. Esta revisão possibilitaria o surgimento de propostas de política penal e civil adequadas às formas e práticas de discurso de ódio, conferindo-se importância no resguardo às populações que mais sofrem com esta violência, indo assim ao encontro de recentes recomendações do Conselho da Europa, dos quais se destacam os necessários esforços “to tackle racist bias against people of African descent inherited from the colonial past

⁶ <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=121080>

⁷ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52021DC0777&from=IT>

and historical slave trade. It is important to shed light on the historically repressive structures of colonialism, ingrained racist biases and their present-day ramifications”⁸.

6 Os discursos de ódio e a política das redes sociais: Facebook e Twitter

Embora as políticas adotadas pelas plataformas digitais apresentem algumas diferenças, a generalidade das corporações tem vindo a afirmar o seu comprometimento no que concerne ao combate aos discursos de ódio. O Facebook, uma das plataformas analisadas no projeto, define discurso de ódio como um “ataque contra pessoas com base no que denominamos características protegidas: raça, etnia, nacionalidade, deficiência, afiliação religiosa, casta, orientação sexual, sexo, identidade de género e doença grave”, sublinhando igualmente a proteção para com “refugiados, migrantes, imigrantes e pessoas que procurem asilo dos ataques mais graves, apesar de permitirmos comentários e críticas a políticas de imigração”⁹.

Apesar deste aparente comprometimento no que concerne ao combate às narrativas de ódio, o que é verdade é que na totalidade de *posts* que foram alvos de análise ao longo da investigação observou-se uma profunda disseminação de discursos racistas, o que revela a incapacidade e inoperância por parte do Facebook em remover ou impedir a sua proliferação.

Seguindo uma linha semelhante àquela defendida pelo Facebook, a plataforma Twitter, embora salogue a “liberdade de expressão” dos utilizadores, também realça, na sua “política contra a propagação de ódio”, que não é permitido “promover violência, atacar diretamente ou ameaçar outras pessoas com base em raça, etnia, origem nacional, orientação sexual, sexo, identidade de género, religião, idade, deficiência ou doença grave”. Convém salientar, contudo, que as pretensões do Twitter parecem ser um pouco mais incisivas, nomeadamente quando se assinala que determinados grupos “sofrem assédio online de maneira desproporcional”, particularmente “mulheres, negros, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, homossexuais, intersexuais, indivíduos assexuados, comunidades marginalizadas e

⁸ [Memorandum on combating racism and violence against women in Portugal \(coe.int\)](#)

⁹ <https://transparency.fb.com/pt-pt/policies/community-standards/hate-speech/>

historicamente sub-representadas”, pelo que se chama a atenção para o facto do assédio poder “ser mais comum, mais grave em sua natureza e mais prejudicial¹⁰”.

7 Metodologia e recorte temporal

Uma das preocupações centrais que guiou a pesquisa empírica foi a de procurar oferecer um quadro mais completo da realidade digital portuguesa. Desta forma, considerou-se que a combinação de metodologias qualitativas e quantitativas permitiria atingir esses fins, indo assim ao encontro dos objetivos do projeto. Para tal, privilegiou-se a análise das plataformas Facebook e Twitter, bem como as edições digitais dos jornais Público e Correio da Manhã, com especial ênfase para as denominadas “caixas de comentários” no Facebook.

A análise temporal dividiu-se entre dois períodos: pré-pandemia e pandemia, sendo que o primeiro iniciou-se em janeiro de 2019 e terminou em março de 2020. Já a análise dos discursos do segundo período teve início a 11 de março de 2020 (data em que a Organização Mundial de Saúde declarou a covid-19 como pandemia) e prolongou-se até ao final de outubro de 2021.

7.1 Abordagem qualitativa: Análise Crítica do Discurso e realização de entrevistas

Tendo em consideração que o projeto se propõe analisar, problematizar e desafiar a proliferação dos discursos de ódio, a análise crítica do discurso foi um dos instrumentos de pesquisa mais utilizados, uma vez que a dominação e o poder também se perpetuam através da linguagem (Van Dijk, 2005). Além disso, o estudo do discurso permite desconstruir o quadro ideológico que orienta as narrativas dos grupos dominantes (Wodak e Meyer, 2001).

Para além da análise dos discursos, a realização de entrevistas semiestruturadas com diversos atores, tais como ativistas antirracistas, jornalistas e dirigentes associativos, enquanto instrumento de pesquisa, contribuiu decisivamente para o enriquecimento teórico-prático do projeto.

¹⁰ <https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/hateful-conduct-policy>

7.2 Páginas do Facebook e contas do Twitter analisadas

Facebook:

- Partido político “Chega”;
- “Carro de patrulha 2”;
- “Direita Política”;
- Caixas de comentários dos jornais Público e Correio da Manhã

Twitter:

- Análise de Hashtags com foco no tema, como *#racismo*, *#xenofobia*, *#discursodeodio*;
- Análise de assuntos e notícias comentadas na plataforma no período de pesquisa;
- Análise de eventos específicos que dialogam com o tema;
- Análise de contas individuais, figuras públicas e outros.

7.3 Abordagem quantitativa: realização de um Inquérito

De forma a complementar os dados decorrentes da análise dos discursos veiculados nas páginas de Facebook e nas contas do Twitter acima mencionadas, a equipa do projeto elaborou um inquérito que teve como objetivo mapear a percentagem das pessoas inquiridas que já foi alvo de discursos de ódio, procurando estabelecer uma relação com outras questões relevantes, tais como origem/pertença étnico-racial, género, faixa etária, nacionalidade ou residência.

O inquérito, que foi respondido por 279 pessoas residentes no território nacional, proporcionou assim uma análise minuciosa acerca do contexto local, permitindo aprofundar o conhecimento sobre o perfil das pessoas que já foram vítimas de discurso de ódio *online*, bem como formas de discussão na sociedade civil, eventuais impactos na saúde mental e grau de conhecimento de locais para denúncias.

8 O Racismo nas Redes

As redes sociais Facebook e Twitter, fundadas, respetivamente, em 2004 e 2006, encontram-se presentes em praticamente todos os lugares do mundo. Essa forte presença na vida das pessoas acentuou-se nos últimos dois anos, visto que os contactos deixaram de ser maioritariamente presenciais para passaram a ser essencialmente virtuais.

Tal como evidenciado por Trindade (2020), os dados recentemente levantados mostram que o número de utilizadores ativos mensais ronda os 328 milhões, no caso do Twitter, e ultrapassam os dois bilhões, no caso do Facebook. Porém, a ubiquidade das redes sociais nas sociedades contemporâneas trouxe igualmente “a reboque o crescimento de outro fenómeno social em escala global: a manifestação aberta de uma variedade de discursos de ódio e intolerância no ambiente virtual” (Trindade, 2020: 26).

Apesar da generalidade das redes sociais afirmar o seu compromisso no que diz respeito ao combate aos discursos de ódio, o que é verdade é que se tem vindo a assistir a uma crescente pressão mundial por parte de diversos atores sociais no sentido de implementarem medidas que eliminem, ou, pelo menos, contenham as recorrentes agressões que se verificam nos conteúdos nas plataformas digitais (ibid.).

Através da realização de uma análise de frequência do termo “racismo” na internet, a partir da plataforma *Google Trends*, entre janeiro de 2020 a novembro de 2021, (conforme ilustrado no gráfico abaixo), foi possível identificar que, no total, “racismo” foi citado muitas vezes em reportagens, partilhamentos e factos do quotidiano. Como resultado, condicionados pelos mais diversos insultos para com usuários ou eventos que atravessaram corpos racializados neste espaço temporal, o tema foi estabelecido nas redes sociais.

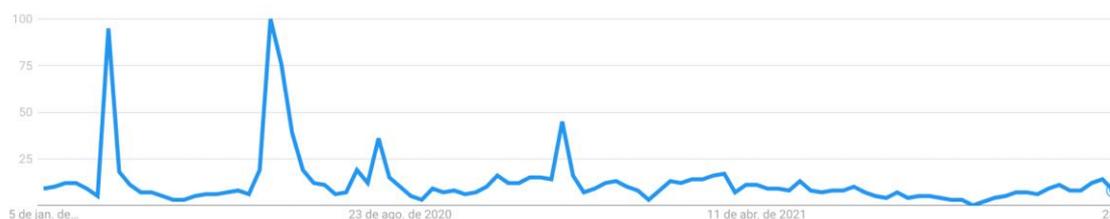


Figura 1: Gráfico *Google Trends* em Portugal, entre janeiro de 2020 e novembro de 2021

No entanto, o mais interessante é constatar que “discurso de ódio” tornou-se, de facto, proeminente nos veículos de comunicação analisados (Twitter e Facebook) sobretudo a partir de 2020, quando, coincidentemente (ou não) iniciou-se um estágio de confinamento, gerado pela pandemia, o que possibilitou um considerável aumento na utilização da internet como uma das poucas formas possíveis de sociabilidade.

9 Análise dos comentários no Facebook

A procura/coleta pelos dados foi realizada através do mecanismo de pesquisa do Facebook, utilizando, nos dispositivos de busca das páginas dos jornais Público e Correio da Manhã, palavras-chave como: “refugiados”, “acolhimento”, “mediterrâneo”, “imigrantes”, “racismo”, “negros”, “ciganos”, “Jamaica”. Nos filtros, foram selecionadas as datas das matérias nas quais tínhamos interesse, ou seja, de janeiro de 2019 a outubro de 2021. No rol de notícias que surgiram, selecionámos as que tinham recebido mais reações de “gostos” e/ou compartilhamentos e/ou comentários. Os comentários contendo discursos de ódio foram coletados e analisados conforme o seu teor. Neste contexto, trabalhamos com diferentes grupos historicamente minorizados: imigrantes, refugiados, afrodescendentes e ciganos¹¹.

Relativamente à “Direita Política”, “Carro de patrulha 2” e “Chega”, o nosso foco de análise centrou-se não só nos comentários dos “seguidores”, como nos próprios *posts* publicados pelos responsáveis das respetivas páginas, uma vez que boa parte deles configura discursos de ódio.

9.1 Imigrantes, Refugiados e Islamofobia

A análise dos comentários em diversas notícias, artigos e *posts* recolhidos, ao utilizarmos as palavras-chave “refugiados/acolhimento”, versa sobre eventos que tiveram lugar em Portugal ou na Europa no período citado. Em muitos deles, podemos perceber que há um estabelecimento de uma relação direta entre refugiados e a religião islâmica, supondo a religião destes a partir dos países dos quais saíram. Num artigo que aborda os discursos islamofóbicos no Twitter, Evolvi (2018), mostra justamente que é o “medo do islão” que sustenta a tese segundo a qual o “outro” constitui uma ameaça e um perigo para a cultura ocidental, podendo assumir diferentes nuances dependendo do contexto sociopolítico¹².

¹¹ A utilização do termo “cigano” no lugar de “roma” – que surge na generalidade dos documentos e tratados do Conselho Europeu – justifica-se pelo facto de ser essa a designação oficial adotada no contexto português e utilizada recorrentemente pela própria Comunidade Cigana.

¹² Evolvi toma como referência para as suas análises o relatório “Islamophobia: A Challenge for Us All”, Publicado por Runnymede Trust, em 1997. Acedido a 15 de fevereiro de 2022 e disponível em: <https://www.runnymedetrust.org/publications/islamophobia-a-challenge-for-us-all>

A partir do carácter complexo e multifacetado do denominado “mundo islâmico”, a autora observa que a islamofobia opera por meio da suposição de que as diferenças culturais são insuperáveis, constituindo, portanto, uma forma de racismo cultural. Este deve ser entendido historicamente em relação à longa história de “outro”, ou seja, de não-europeus, sujeitos não-brancos e não-cristãos (Evolvi, 2018: 3).

A islamofobia, embora não tenha até hoje merecido especial atenção por parte da academia portuguesa, já tem sido devidamente sinalizada em alguns trabalhos (Mapril, 2012; Vakil, 2004; Araújo, 2019). Neste aspeto, destaque-se o trabalho de Araújo (2019) que analisou o modo como a islamofobia se expressa na esfera pública nacional. Assim, para além dos ataques pessoais a pessoas percecionadas como muçulmanas ou atos de intimidação contra membros desta comunidade, a autora assinala que subsistem “incidentes em que há uma formulação sistemática e sustentada de comentários no domínio público que desvalorizam, estereotipam ou ridicularizam os muçulmanos e/ou o Islão”, nomeadamente nos comentários de muitos leitores de jornais *online* (2019: 15).

Os discursos analisados, que versam maioritariamente sobre aspetos culturais dos refugiados, percecionados enquanto muçulmanos, vão justamente ao encontro desta tese, tal como se pode verificar neste excerto:

“Não há problema em acolher desde que venham para trabalhar, mas temos que nos preparar para crescimento das mesquitas e de nos adaptarmos às mudanças culturais no nosso país, tal como acontece em França, Bélgica, e até em Espanha. Eles não se adaptam a nossa cultura, infelizmente!

Seguindo esta linha de pensamento, outro leitor afirma:

“Ninguém critica imigrantes que querem trabalhar, que se integram, que respeitam as leis, que querem ter sucesso numa sociedade. A discussão só existe por causa de imigrantes seguidores de um certo profeta e cujo objetivo a longo prazo é subjugar tudo e todos às suas leis”

Há, nestes comentários, assim como em inúmeros outros, a exposição de um medo de que a cultura ocidental, especificamente a europeia, seja modificada, desvirtuada ou exterminada:

“O governo do monhé por este andar vai originar uma guerra civil entre os portugueses e os invasores criminosos!”

Termos como “invasão muçulmana” e “islamização da Europa” são constantes. O seguinte *post*, publicado na página do Facebook “Direita Política”, é elucidativo:

“Há que desmascarar a hipocrisia dos auto-intitulados “humanos” e “solidários”, já que, defendendo um modelo mundialista e multicultural, num mundo sem fronteiras, nem bandeiras, são cúmplices da destruição da matriz civilizacional ocidental e dos povos europeus”

O suposto pertencimento ao Islão, por si só, já torna os sujeitos potenciais vítimas de discurso de ódio, pois os muçulmanos são percebidos como sendo perigosos. De facto, a perceção social destes ganhou ainda mais contornos negativos após os ataques de 11 de setembro de 2001 (Evolvi, 2018). Assim, diversos comentários relacionam os muçulmanos com terrorismo: “O perigo é que estes ‘refugiados’ são em grande parte perigosos terroristas.”

A utilização de *aspas*, quando se menciona o termo refugiado, também é um recurso recorrente utilizado pelos usuários do Facebook. Com efeito, a condição de refugiado e dos imigrantes que chegam a Portugal em busca de acolhimento é permanentemente questionada, quer nos comentários dos jornais já mencionados quer nas restantes páginas que foram alvo de análise. O principal questionamento é se os territórios dos quais fogem estão realmente em guerra ou a razão pela qual não optaram por outros países que têm a mesma religião que eles. Assiste-se, assim, a um permanente escrutínio da “validade” da guerra à qual se foge, ou seja, uma valoração de que tipo de situação económica, política e social é considerada aceitável para que o ser humano decida fugir:

“Ainda tem que se ir à procura para tratar deles, fogem de quê? Fogem porque sim? Já não têm aquilo que queriam? Bote com eles! Destino Terra deles.”; “Já agora refugiado de quê?... De que país veio?... os refugiados vem de países onde há guerra ...Que guerra há no país dele?”

“Não há guerra em Marrocos, podem voltar... a Europa não está de acordo com os princípios do profeta deles...”

Na análise efetuada, deparámo-nos igualmente com um discurso perfeitamente normalizado assente na ideia de que os refugiados alegam não ter documentos, mas terem telemóveis de “última geração”. Muitos comentários surgem carregados de

ironia, sugerindo que são pessoas falsas, enganadoras e sempre “metidas em esquemas”:

“O melhor é devolvê-los à procedência, os que chegaram cá sem documentação e sem ser de algum país em guerra. O mais engraçado é que todos têm telemóveis de última geração!!!!!! é caso para pensar”

A tentativa de diferenciação entre o processo de migração de portugueses para outros países e o de pessoas de outras nacionalidades, principalmente não europeias, é igualmente recorrente entre os comentários nas páginas do Facebook analisadas:

“O "tuga" não ia para a França mendigar estatutos de refugiado, não ia viver à custa do contribuinte francês, não foi impor bacalhau ou exigir sardinhas nas cantinas escolares, nem ocupava ruas inteiras de rabo para o alto para rezar à Nossa Senhora de Fátima. A imigração muçulmana tem falhado em toda a linha no que a integração diz respeito. É obrigatório fazer os mesmos erros que a França, Reino Unido, Bélgica, Suécia ou Alemanha, importando jihadistas?”

“Lá fora os nossos emigrantes trabalham no duro, comportam se como seres HUMANOS.”

Além da latente diferenciação entre “nós” (portugueses e europeus) e os “outros” (não-europeus, não-cristãos, não-brancos) percebemos a desumanização desses “outros”. Estes comentários, com os quais nos deparámos inúmeras vezes, vão ao encontro da leitura de Frantz Fanon, quando chamava a atenção para o facto do projeto colonial ter inscrito o negro numa “zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, um declive essencialmente despojado” (1975: 24). Assim, contrariamente aos homens brancos cuja existência ocorre na zona do ser, os negros são, parafraseando o título de uma outra obra sua, *os Condenados da Terra* (2015). De facto, além de serem rotulados de “perigosos”, as populações não-brancas são invariavelmente relegadas para uma condição sub-humana, pelo que merecem ser eliminadas ou deportadas de forma violenta:

“Era carregar os bichos com uma forquilha para o barco que vieram e enviá-los para o sítio de onde vieram

“Enche-los de porrada, barco e devolvê-los ao país de origem...”

“Coloca eles de volta no barco sem água e sem comida e larga a 100 km da costa, aí esses vagabundos vão ver o que é ser refugiado”

“Todos Dentro de um contentor fechado e lançados a várias milhas no mar ...5 estrelas”

Alguns dos comentários analisados vêm acompanhados com links para sites que supostamente “mostram” crimes cometidos por muçulmanos, como forma de provar que o que dizem é verdade e alertar para que as pessoas “abram os olhos”. Desta forma, há uma forte contribuição para divulgação de notícias falsas que estimulam o medo, a insegurança e o ódio.

Na análise dos discursos, observámos que há a presunção de que grande parte dos imigrantes/refugiados são pessoas sem qualificação, analfabetos, que não pretendem trabalhar e não querem, como já exposto, respeitar a “cultura portuguesa”. São, deste modo, pessoas que “vêm para roubar” e serem “subsídio-dependentes”, recebendo mais do governo do que os portugueses auferem, tendo estes que trabalhar para pagar os subsídios dos “outros”. Com efeito, notícias sobre acolhimento de refugiados suscitam inúmeros comentários que exclamam que em Portugal já há “porcaria demais”, não precisando “dessa gente/merda cá”. Além disso, a ideia que Portugal, enquanto país pobre que as pessoas usam apenas como “trampolim para a UE”, está igualmente presente:

“Só para lembrar! A França conta 66 milhões de habitantes, 6 milhões são muçulmanos nas prisões de 60 a 70% são muçulmanos quem me pode explicar isto?”

“Bota ele num barril e manda de volta de onde ele veio. Essas porras não valem o dinheiro gasto com eles. Enquanto o governo deixa de cuidar dos nacionais porque alega não ter dinheiro, ao mesmo tempo gasta dinheiro com eles que não vale”

“É irrisório darem tudo a esta gente e nós temos que trabalhar para nos roubarem o máximo possível. Era manda-los em direção ao país deles novamente”

Outra narrativa constantemente utilizada é a de que os discursos que proferem são apenas opiniões:

“Tenho muita pena de quem foge duma guerra de quem emigra á procura duma vida melhor como eu e milhões, mas muitos deste estão a espalharem-se pela Europa aos milhares para mais tarde nos fazerem reféns nos nossos próprios países é minha simples opinião espero enganar-me seria bom”

Como se observa, trata-se de uma estratégia discursiva que visa eximir os/as atores/as, isentando-os da responsabilidade de proferir um discurso preconceituoso, eurocêntrico e racista.

Com a pandemia, os comentários começaram a versar sobre o aumento de contágio que as pessoas acolhidas poderiam representar, já que, além de não “seguirem as regras”, ainda recebem subsídios e cuidados negados aos portugueses (“Primeiro os nossos, depois os outros”). Embora algumas pessoas afirmem a sua preocupação com os imigrantes/refugiados, sublinham que os portugueses devem estar em primeiro:

“A cidade de Lisboa e Porto estão cheias destas pessoas que devido a esta pandemia pode ser um barril de pólvora sanitário, em Lisboa da zona de Martim Moniz até à Alameda são aos milhares em pensões que agora lhes chamam Hostel, o governo que os tem solicitado aos centros de refugiados agora está com os braços cruzados”

“Metam os gajos num barco e de volta para a terra deles, esses não param de andar por aí, portanto não pára o contágio!”

Os imigrantes, refugiados, já indesejados antes, passam assim a ser apontados como potenciais focos da pandemia do Covid-19. Na verdade, os discursos de ódio dirigidos aos refugiados ou a requerentes de asilo fazem parte de uma tendência que já se tem vindo a verificar no contexto europeu, desde sensivelmente o início do século XXI (Solomos e Shuster, 2002). Tal como referimos anteriormente, estas populações são percecionadas como muçulmanas, pelo que, na nossa visão, não é possível compreender e analisar os discursos de ódio que lhes são dirigidos sem os relacionar diretamente com a islamofobia.

Assim, e à semelhança do que se verifica noutros países europeus, a ideia da “ameaça Islâmica” encontra-se fortemente presente no imaginário nacional. É essa, aliás, uma das conclusões que consta de um relatório internacional¹³ - que aborda práticas e discursos islamofóbicos em 33 países europeus -, no qual se argumenta que, apesar da invisibilidade da população muçulmana na sociedade portuguesa, as pessoas percecionadas como pertencentes ao “islão” são alvo de insultos verbais e descritas como uma “ameaça à ordem secular” (Yel, 2018).

¹³ https://setav.org/en/assets/uploads/2018/07/EIR_2017.pdf

Sintetizando, importa sublinhar que ao analisarmos os discursos anteriores ao surgimento da pandemia, percebemos que esta se tornou apenas em mais uma justificação para a rejeição dos “outros” na Europa, contribuindo assim para a disseminação de discursos de ódio. Tal como mostraremos nos pontos seguintes, estas narrativas violentas e racistas, sejam elas dirigidas a refugiados ou imigrantes, apresentam semelhanças com os discursos racistas contra afrodescendentes e ciganos, principalmente quando pensamos na desumanização desses grupos sociais, assente no pressuposto de que, além de violentos, vivem à custa da população considerada portuguesa/branca.

9.2 Afrodescendentes, narrativa colonial e discursos de ódio

Paralelamente aos discursos de ódio racial dirigidos a refugiados, proliferam na internet narrativas racistas dirigidas a pessoas afrodescendentes. Baseadas no permanente enaltecimento e glorificação da história colonial portuguesa, estes discursos apresentam características singulares. A ideia de que as navegações portuguesas foram uma missão civilizadora que teve êxito em África e no Brasil surge atrelada ao mito lusotropicalista¹⁴, assente na tese da “benevolência” do colonialismo português, no respeito pelas culturas autóctones, expressa na pretensa capacidade única e diferenciada de lidar com o “outro”:

“Não, a colonização, com todos os seus defeitos, falhas, excessos, crimes, mas também com as suas vantagens, ensinos, desenvolvimento, foi uma coisa boa para os povos colonizados que saíram dum estado de letargia evolucionista e, por vontade própria ou não, adquiriram conhecimentos, cultura, e perspectivas de vida, incomparavelmente melhor que a que tinham (...) Todos os impérios cometeram coisas menos corretas com os povos ocupados, mas a verdade é que também os fizeram evoluir”.

A partir da narrativa de que o colonialismo português foi positivo, observa-se uma culpabilização da população negra pela sua própria condição socioeconómica em Portugal, negando-se simultaneamente a responsabilidade histórica da realidade atual das ex-colónias. Esta nostalgia colonial mítica, que assenta, em larga medida, neste mito da “especificidade” do colonialismo português, encontra-se profundamente enraizada

¹⁴ Para uma discussão mais alargada acerca do denominado “lusotropicalismo”, ver Castelo (1998).

na esfera pública, pelo que os inúmeros comentários com os quais nos deparámos não são mais do que um reflexo da hegemonia de uma narrativa que glorifica os “descobrimientos” (um eufemismo para “colonialismo”) e que tem sido permanentemente mobilizada em todos os sectores da sociedade¹⁵.

Com efeito, a narrativa das “grandes conquistas” traz consigo uma ideia de superioridade biológica e cultural (Teles, 2020), como se pode observar através do seguinte comentário:

“África não me fez nada, mas vocês que aqui andam a receber subsídios para se dedicarem á criminalidade fizeram tudo. Volto a dizer se África é tão bom vão para lá e deixem este país europeu em paz. Há um mar que separa a civilização de um continente destruído e miserável que é o pior do mundo. Até a América latina que tb eram colónias europeias estão bem melhores do que vocês”.

A referência à ideia de “civilização” é constante, perpetuando a polarização Europa (civilizada) versus África (selvagem), delimitando e legitimando as fronteiras também entre brancos e negros.

Há, em diversos comentários, a recorrente narrativa colonial de que Portugal levou desenvolvimento e civilizou os países que colonizou. De facto, o discurso que sustenta a ideia de que “antes não havia nada”, nem riquezas nos países até à invasão dos colonizadores, está bem presente. Por exemplo, muitos dos discursos dos leitores e leitoras do Público e do Correio da Manhã também reforçam a tese de que as ex-colónias já tiveram tempo para se recuperarem das atrocidades cometidas por Portugal (das poucas vezes em que são consideradas como tal), afrontando assim os africanos de não serem ricos e desenvolvidos, culpabilizando-os e inferiorizando-os pela sua própria situação económica, social e política atual:

¹⁵ A título de exemplo, refira-se o discurso de abertura de António Costa na *Web Summit* de 2018, que decorreu em Lisboa, na qual o Primeiro-Ministro enalteceu os “descobrimientos” portugueses: “Connecting people from all over the world is in our DNA. We started six hundred years ago connecting Europe to Africa, to Asia, to America. Next year, we celebrate five hundred years since the first circum navigation of the globe, by Fernão de Magalhães. Since then, we have always been a meeting point between peoples and cultures, a hub for migration and a driver of global trade.” Acedido a 4 de março de 2022 e disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fENP8_N8ACI&t=125s

“A Europa é grande, (tal como o Canadá, EUA, Uruguai, Austrália e Nova Zelândia), porque é habitada por brancos, e não por causa da imigração em massa e influência de "civilizações e culturas" do “terceiro mundo”

Em notícias que envolvem violência policial, crimes de racismo e população negra, a ficha criminal da vítima é insistentemente questionada, colocando-a como culpada de antemão (“alguma coisa fez para merecer”). Os bairros sociais, considerados como “problemáticos”, são estigmatizados como locais perigosos, nos quais a polícia não deveria sequer entrar. Muitos comentários sugerem que “deixem que eles se matem”, trazendo a ideia, profundamente ancorada no imaginário colonial, de que são selvagens e que não sabem viver de forma “civilizada”:

“Para a próxima é melhor nem irem [os polícias]...matem se uns aos outros”

“Começar a deixar os carros na esquadra e levar as carrinhas azuis grandes cheias deles...que vao ver que existe logo respeito. Nao deveria ser assim, mas nao ha outra maneira, para grandes males grandes remédios”

“Por aqui não se passa nada, chegam ao tribunal e dizem que os policias são racis**s, vem a Joacine e berra que nem histórica durante uns minutos, com o apoio do Mamadou e com sorte terão direito à Catarina e tudo, e o juiz manda-os logo para casa, e se correr bem, os polícias ainda terão que pagar indemnizações aos detidos”

Como argumenta Teles (2020: 154), ao analisar a comunicação no Twitter, a respeito de uma operação policial ocorrida no Bairro da Jamaica, há uma conceção de mundo baseada na hierarquia racial. De acordo com a autora, a estratégia discursiva mais utilizada contra a população negra assenta no arquétipo de criminosos, tal como se pode ver pelos seguintes comentários por nós recolhidos:

“Mas vocês respeitam alguém? Vocês só respeitam os fornecedores da droga que consumis.”

“Faz-me confusão quando alguém tem o certificado de registo criminal maior que o currículo...mas se calhar sou eu que sou esquisita”

“Se deportarmos os africanos, já viste que o crime baixa 40% em Portugal!”

Outra narrativa recorrente é a do racismo reverso/inverso. Há, neste caso, a constante deslegitimação do racismo, enfatizando que este não existe, que Portugal não é um país

racista, ou que, a existir, é sobretudo praticado contra os brancos (os negros são os “verdadeiros racistas”):

“Sou mulher branca e portuguesa sinto me vítima de racismo de quem não é oriundo do meu país e ainda se dá ao desprazer de nos tratar mal!”

“Racista primário este preto q merece ser julgado pelo q diz e ainda pelo q sente. É necessário um debate urgente sobre o porquê da subida do chega...E depois os falsos democratas admiram-se!”

“Esse [Mamadou Ba] e a gaga [Joacine Catarina Moreira] já deviam ter ido mas já a muito tempo, só andam a espalhar ódio”

É importante referir que esta narrativa, que se encontra altamente disseminada nas diferentes esferas da sociedade portuguesa, demonstra, na nossa perspetiva, um profundo desconhecimento acerca do carácter estrutural e das relações de poder envolvidas neste sistema. A tese do racismo reverso, que assenta na ideia de que o racismo é universal e que pode, portanto, ser dirigido à população branca, é um dos reflexos contemporâneos do quadro ideológico que caracteriza as sociedades contemporâneas ocidentais. Ora, tratando-se do racismo de uma questão de poder, a tese da sua inversão não parece produzir qualquer efeito, no sentido em que eventuais ofensas dirigidas a pessoas brancas não remetem para nenhum tipo de processo de desumanização, exploração e dominação.

Para além da tese do “racismo inverso”, foi possível observar um discurso generalizado assente na ideia de que os negros se fazem de vítimas, de “coitadinhos” e são “protegidos”:

“O racismo que há em Portugal advém maioritariamente das minorias étnicas, subsidiárias e parasitárias, contra a maioria branca que os sustenta e os acolheu. As associações supostamente antiracistas, só destilam ódio contra a sociedade caucasiana, com o apoio nefasto desta imprensa corrupta que se esqueceu do que é ética, ser imparcial, séria e honesta com os leitores”

“Eu não sou racista, algumas situações que acontecem é que me fazem ser só nesses momentos, pois não existe só a raça negra, mas é sempre com essa que mais situações existem e utilizam a palavra mais útil RACISMO.”

“eu estou do lado da polícia contra criminosos e arruaceiros, não me interessa a cor nacionalidade ou o quer que seja. Não posso permitir que as pessoas usem a sua cor para ganhar vantagem ou fazerem-se de vítimas”

A ironia e o “humor” são também estratégias discursivas recorrentemente utilizadas para perpetuar estereótipos e desumanizar as vítimas dos discursos:

“Em Portugal não há racismo, tanto apertado a mão a um branco como pescoço a um preto”

“Isso é injusto - eles não são bandidos, mas apenas ladrões”

“Aquele bairro em que (in) felizmente conheço...Que é só pessoas de bem (para aí 2%)...Ninguém rouba nada (que seja deles)...Nada de tráfico (sabonetes). Tudo muito arrumado e limpo (a uns 2 quarteirões acima)...Casas compradas (por alguém que nunca mais lá consegui meter os pés) ... srs agentes são maus... Racistas, muito maus... Aquele bairro em que mal se consegue entrar...Quando se para o carro só não o comem logo pois são feitos de chapa...Em que se passear lá...É impossível...Hoje o bairro tão calmo para ser infeliz..”

9.3 Pandemia, exclusão e vigilância sobre as populações racializadas: o caso da comunidade cigana

Relativamente à pandemia, o discurso que defende que os bairros sociais devem ser isolados ou que são focos de contágio são constantes. Parece-nos importante sublinhar que tais “soluções” não são mencionadas quando se noticiam surtos junto de populações brancas, em cidades como Lisboa ou Porto, por exemplo.

“Só não entendo porque demoram tanto tempo a atuar contra estes potenciais focos da epidemia. Enquanto pensam e repensam há mais uma série de pessoas infectadas.”

“Fechem o bairro como fizeram em Ovar, não deve sair ninguém, nem entrar, somos todos iguais, não facilitar.”

“Façam uma cerca sanitária. Se eles saem do bairro, estão a contaminar outros. A solução é cercar o bairro com um muro como o de Berlim”

Um discurso que é transversal a muitos grupos marginalizados, já comentado anteriormente, é o de que as comunidades ciganas e afrodescendentes não se integram e que estão à margem da sociedade portuguesa:

“Sim eu diria mais, vamos assinar uma petição a pedir o retorno desta gente a Angola já que só sabem reclamar, são uma comunidade problemática há muitos anos, e de todos os emigrantes

que temos e comunidades é a que menos se integra, a que menos respeita as regras do país, a que menos quer trabalhar e contribuir, a que mais acha que tem direitos disto e daquilo...Isto não é angola, é a europa aqui à leis, à regras que vocês não sabem respeitar, e comportam-se como selvagens mesmo entre vocês, já assisti várias vezes a isso no comboio...infelizmente...mas se estão mal têm bom remédio mudem-se.”

Como vimos anteriormente, os discursos de não integração na sociedade, assim como a reificação de que são pessoas não-civilizadas, perigosas e que não gostam de trabalhar, são proferidos para imigrantes racializados, assim como para portugueses de ascendência africana. Narrativas semelhantes são veiculadas contra os ciganos, população percecionada como não portuguesa:

“Para quê fazer drama com uma etnia que não se quer integrar, não quer prescindir dos seus usos e costumes e que é constantemente um problema para quem se vê forçado a conviver com ela?”

“...e pelo que vejo onde moro, sim é a maioria e não. Uma minoria, não. Não sabem viver em sociedade, pelo menos a maioria.....”

“Nas minhas compras diárias frequento um Super que também é frequentado por famílias Ciganas e é ver os miúdos a correr aos gritos e fazendo corridas com os carros do Super muitas vezes atingindo as Pessoas que estão calmamente fazendo as suas compras, enquanto os Pais se riem. Pergunto? Isto é gente civilizada?”

Para além da pretensa ameaça à segurança que representam, é notória uma constante referência aos subsídios, a que se soma a narrativa de serem vistos com “carros de luxo” ou a tomar o “pequeno almoço em cafés”:

“Daí os pequenos almoços todos os dias em família pelos cafés...Eu tomo o meu em casa...e trabalho!!!O melhor é por uns verdadeiros à porta da segurança social e do centro de emprego e dos ctt. Até se dão ao luxo de serem os 1ºs a serem atendidos porque têm os carros estacionados (BMW e o Mercedes). Eu ando de transportes públicos.”

Há, nos discursos analisados, constantes inferências de que a maioria da população cigana é desonesta¹⁶: enganam; roubam; vendem substância ilícitas; os poucos que

¹⁶ Essa percepção vai ao encontro de um consenso generalizado na Europa, tal como se pode verificar em alguns dicionários publicados no contexto europeu, nos quais os ciganos são descritos como sendo “trapaceiros”.

trabalham vendem produtos falsificados; estragam as casas que recebem do governo ou que alugam; incutem medo nas vizinhanças; não se adequam às regras (civilizadas) de Portugal; casam os filhos cedo e tiram-nos da escola; são violentos (nas escolas e nos hospitais):

“É uma raça que só vive para enganar os outros e no submundo dos ilícitos...”

“Pode pedir para eles aprenderem que só se integram se forem à escola, que as mulheres sejam respeitadas, que existem regras de convivência...e no final...trabalhem para ter os direitos ganhos COM TRABALHO? É pedir muito?”

“Gosto mto do nosso País, mas os ciganos segregam-se a si próprios. Eles n se integram, não trabalham, não seguem as regras da restante comunidade...não pagam impostos e casam as suas jovens cedo demais. Entre outras coisas.”

“O meu vizinho também alugou a casa a uns, bem os vizinhos a volta tiveram que por gradeamento mais alto para não serem roubados... isto é ou os isolamos ou nos isolamos, acho bem e achava melhor que tivessem sido obrigados a fazer o muro para terem Noção do perigo que são para a sociedade, não todos, mas em grupo tem tendência para isso.”

São igualmente acusados de não terem seguido as regras durante os períodos de confinamento:

“Nós aqui em São Miguel estivemos 30 dias com cercas sanitárias porque os ciganos não podem estar já que se recusam a cumprir com o estipulado para combater o flagelo deste virus não percebo hoje em dia tudo é racismo...CARREGA VENTURA”

“A comunidade cigana não ficou muito bem vista em termos de civismo durante este confinamento. O Ricardo Quaresma devia estar sim, envergonhado da atitude da etnia a que pertence.”

É importante destacar que o desejo de que os ciganos fiquem isolados da maioria portuguesa branca não é algo que tenha surgido somente durante a pandemia. Na verdade, tal como já tem sido defendido por vários autores (Bastos, 2012; Maeso, 2015; Araújo, 2016; Magano e Mendes, 2021) a *ciganofobia*, que apresenta raízes históricas perfeitamente identificadas, encontra-se altamente normalizada em Portugal, pelo que

Acedido a 25 de janeiro de 2022 e disponível em <http://www.elperiodico.com/es/sociedad/20150824/rae-mantiene-termino-trapacero-definir-gitanos-4451489>

os discursos racistas e segregacionistas são o reflexo de um consenso generalizado não só no discurso popular, como inclusive junto dos próprios órgãos do Estado¹⁷.

Como facilmente se observa, e embora não negligenciemos o papel desempenhado pela extrema-direita no que concerne à banalização e normalização do *anticiganismo*, o racismo dirigido a esta comunidade ultrapassa largamente as fronteiras desse campo político. Refira-se que este aspeto, em linha com o que já tem vindo a ser sinalizado por várias entidades internacionais, foi novamente apontado pelo Conselho da Europa que, num memorando publicado em março de 2021, sublinha o modo como o *anticiganismo* se encontra normalizado na sociedade portuguesa¹⁸.

10 Discursos de ódio e ativismo antirracista: o caso de Mamadou Ba

Embora o projeto não se proponha a analisar os discursos de ódio dirigidos a uma pessoa em particular, considerámos pertinente dedicar um ponto específico sobre os ataques que o ativista Mamadou Ba tem sido alvo nos últimos anos. São várias as razões que explicam essa importância e necessidade. Desde logo, pelo facto do volume e da dimensão dos discursos de ódio que lhe são dirigidos serem particularmente violentos. O facto de ser uma das principais vozes da luta contra o racismo, fez com que grande parte dos discursos analisados (mesmo em notícias nas quais o seu nome não era sequer mencionado) fossem direcionados contra a principal figura pública do SOS Racismo, a mais antiga e destacada organização antirracista em Portugal.

Além disso, o facto de Mamadou Ba ser um dos mais conceituados pensadores sobre o racismo e legado colonial tem acicatado (ainda) mais o ódio racista junto daqueles que escrevem sobre a necessidade de o “manter no lugar”. Na realidade, o seu trajeto político, bem como o seu posicionamento crítico em relação à sociedade portuguesa no que diz respeito à questão racial, tornaram-no no principal alvo dos discursos de ódio na esfera pública. Os ataques, que tiveram início no campo da extrema-direita,

¹⁷ Durante o período mais “crítico” da pandemia, os autarcas da Azambuja e de Castro Verde mostraram-se favoráveis ao confinamento da população cigana daquelas localidades. Numa entrevista concedida ao jornal Público, o presidente da Câmara da Azambuja afirmou que era necessário instalar um cordão sanitário “à volta do prédio onde eles (ciganos) moram”, acrescentando ainda que o bairro em questão era habitado por “famílias de etnia cigana” e outras “famílias normais como nós” <https://www.publico.pt/2020/06/02/local/noticia/autarca-azambuja-insiste-cordao-sanitario-predio-habitado-familias-ciganas-1919097>

¹⁸ <https://www.coe.int/en/web/commissioner/-/portugal-should-act-more-resolutely-to-tackle-racism-and-continue-efforts-to-combat-violence-against-women>

generalizaram-se nas redes sociais e na imprensa convencional. Nos últimos anos, sofreu diversos processos de difamação públicos e ameaças físicas por parte de usuários da internet, dos setores políticos designados “liberais”, da extrema-direita e ainda de vários cronistas que escrevem para os principais jornais nacionais.

No que concerne aos dados recolhidos, verificámos a consistência de discursos violentos, tal como estes exemplos demonstram:

“Deportação ou dependurção?”

“Pena que nenhuma [ameaça] se tenha concretizado, mas ainda há esperança.”

Tal como verificámos nos milhares de comentários publicados, parece haver uma confluência de fatores que ajudam a perceber as razões que alimentam e reproduzem o ódio e que se podem resumir da seguinte forma: Mamadou Ba é atacado por ser negro, migrante (embora tenha nacionalidade portuguesa, é discursado e percecionado como “estrangeiro” ou “senegalês”), militante antirracista e pertencente ao campo político da esquerda. É importante referir, contudo, que não é caso único, já que as ex-deputadas Joacine Katar Moreira e Beatriz Gomes Dias, a deputada Romualda Fernandes e ainda a jornalista Conceição Queiroz, têm sido igualmente alvos de ataques racistas, tendo as redes sociais e os espaços de comentário dos jornais analisados desempenhado um papel fundamental na sua disseminação. De facto, são todas figuras negras com uma visibilidade significativa no espaço público e que ocupam cargos de responsabilidade política e mediática. Os discursos de ódio que analisámos contra estas pessoas integram assim uma dimensão racista, xenófoba e também misógina.

No caso específico de Mamadou Ba, os padrões discursivos assumem várias dimensões. Detetámos inúmeros ataques racistas diretos e profundamente agressivos, com ameaças verbais, físicas (inclusive de morte), bem como constantes “piadas” racistas. A propósito de um episódio - filmado pelos próprios agressores¹⁹ - que envolveu intimidações e ameaças à sua integridade física, por parte dois membros do Partido Nacional Renovador, foram publicadas nas páginas do Facebook do Público e do Correio da Manhã largas centenas de comentários deste teor:

¹⁹ Publicada no canal do Youtube do partido e intitulada “PNR confronto senegalês Mamadou Ba”. Acedido a 2 de dezembro de 2021 e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zD2QKnCkQAM>

“E foi pouco, merecia muito mais...”

“Mal das que se percam...”

“Ide apanhar bananas pró teu país de macacos”

“Alguém que acenda a luz! Não se vê nada!”

Apesar das plataformas digitais Facebook e Twitter, bem como as políticas de comentários dos referidos jornais proibirem discursos de ódio, o que é certo é que essas narrativas se têm mantido, sem que as entidades responsáveis demonstrem vontade ou capacidade para as controlar ou remover.

Um dos temas recorrentes contra Mamadou é o da expulsão do país ou a retirada da sua nacionalidade portuguesa. Aliás, verificámos que largas centenas de comentários aludiam à petição pública criada para esse efeito, que contou com mais de 28 mil assinaturas²⁰. Da análise efetuada, foi possível constatar que, para muitas pessoas, o facto não ter nascido em Portugal não lhe confere o direito de ser crítico sobre o país:

“O que me espanta no meio de toda esta trapalhada é a necessidade de se "convidar" um senegalês para vir mandar palpites sobre racismo!”

“Porque não vai dar essas opiniões para o Senegal? Se não estou em erro, é de lá natural”

“Como aceitar que um estrangeiro, um senegalês venha para cá insultar os autóctones?”

É também constante a acusação de que este ativista é racista, que apela ao ódio, e que na verdade não existe racismo no país e é ele que o desperta. Tal como mencionámos anteriormente, a falácia da tese do “racismo inverso” é uma acusação mais generalizada contra quem combate a discriminação racial:

“Como é possível o governo ter este MARGINAL, no combate ao Racismo se ele é o que mais ódio lança

“O maior instigador ao início do ÓDIO RACIAL em Portugal!! Exige-se a sua DEPORTAÇÃO IMEDIATA!!!

“Deixei de assinar este jornal porque perdeu isenção. Este excremento injeta ódio e racismo em tudo num país que está preocupado em sobreviver!”

²⁰ <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/contra-ou-a-favor-de-mamadou-ba-foram-lancadas-mais-de-20-peticoes>

Numa entrevista realizada com Mamadou Ba, o ativista destacou a existência de um mercado digital que se alimenta da disseminação de conteúdos com base no ódio. Por exemplo, as polémicas dos últimos anos em redor do Facebook mostraram como esta rede social lucra com a polarização e radicalização da extrema-direita e a disseminação de *fake news* que propagam o ódio, e que pouco ou nada fez para combater esse fenómeno.

Por outro lado, segundo o ativista, os veículos de informação tradicionais transferiram todas as suas plataformas de notícias para sites e redes sociais, fazendo das suas caixas de comentários um enorme espaço para propagação do ódio. Na sua perspetiva, “o ódio vende”, trazendo, através dos *clickbaits*²¹, mais audiência para as plataformas noticiosas e aumento de receitas, acrescentando ainda que o “comércio de ódio” se aprofundou durante a pandemia. A este propósito, refira-se, aliás, que a análise efetuada durante os dois períodos (pré-pandemia e pandemia) mostra que as notícias e *posts* que envolveram Mamadou Ba foram aquelas que mereceram mais comentários, chegando a ultrapassar a barreira das duas mil e seiscentas “reações”²².

Sintetizando, os dados recolhidos relativos aos discursos de ódio dirigidos a Mamadou Ba mostram a existência de um padrão de continuidade entre o período pré-pandemia e pandemia. De facto, a começar pelo episódio acima descrito (ameaças e intimidações por parte de membros da extrema-direita), ocorrido em janeiro de 2019, até às mais recentes petições que reclamavam a sua expulsão do país, verificámos um continuum.

Em linha com o que temos vindo a defender, o racismo, enquanto sistema estrutural de opressão, foi historicamente construído, pelo que a sua perpetuação representa a manutenção das posições de poder e privilégio. Assim, e embora o *post* que mereceu um maior número de reações tenha ocorrido em contexto pandémico, seria precipitado concluir que a pandemia tornou as pessoas racistas (pese embora, como já referido, os dados apontarem para uma maior atividade nas redes sociais). De acordo com a nossa

²¹ O *clickbait* é uma estratégia de divulgação *online* que utiliza títulos chamativos para gerar mais cliques no conteúdo. De modo geral, ele aparece na forma de um link que se pode encontrar num site, acompanhado normalmente por um título sensacionalista e por fotos apelativas

²² De todas as notícias e/ou *posts* analisados, aquele que contou mais “reações” foi publicado na página do Facebook do Correio da Manhã (17 de fevereiro de 2021), intitulada “Quase 15 mil pessoas exigem a deportação do ativista Mamadou Ba”, que contou com duas mil e seiscentas “reações” (exclusivamente “gostos” e “corações”), mil e trezentos comentários e cento e cinquenta e uma partilhas, números claramente acima da média.

interpretação – sustentada nos dados recolhidos – o que a pandemia trouxe de novo foi sobretudo o aprofundamento das narrativas de controlo, exclusão e escrutínio das populações racializadas.

11 O Twitter em Portugal

De acordo com os dados recolhidos, a audiência característica do Twitter em Portugal, que compreende um total de 1.10 milhões de utilizadores ativos, tem vindo a crescer nos últimos anos, tal como se pode ver na figura 2:

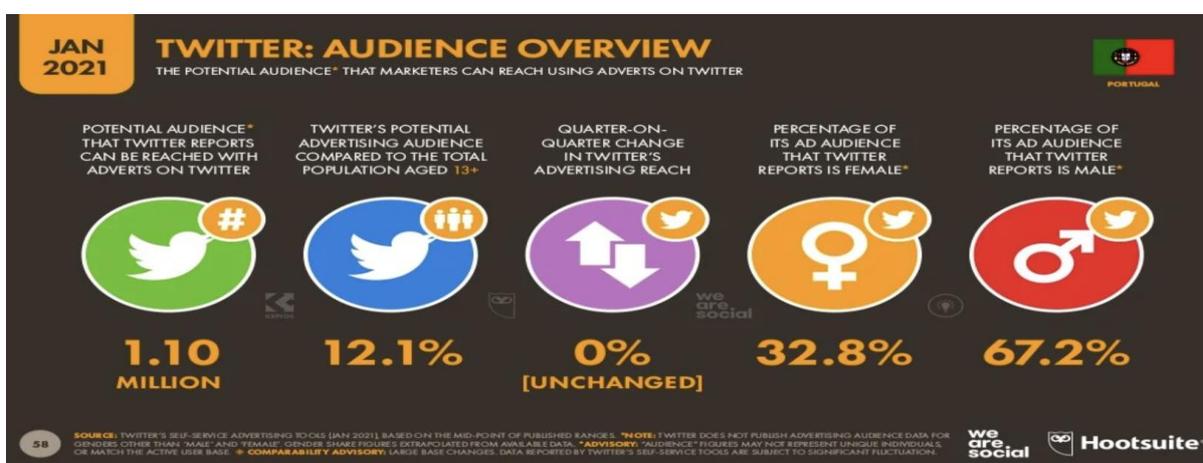


Figura 2: Perspetiva geral das audiências do Twitter

Fonte: <https://datareportal.com/reports/digital-2021-portugal>

Recentemente, pelo facto de proporcionar debates bastante participativos no âmbito político local, o Twitter tornou-se num referencial para se entender nuances das visões da opinião pública portuguesa. Assim, a análise de contas de representantes de partidos políticos, personalidades mediáticas e público em geral, enquanto base de disseminação de notícias, eventos e consequentes discussões com base em tópicos do quotidiano, constitui uma importante ferramenta de análise.

Nesta circulação, são gerados discursos fundamentais para este estudo, que, muitas vezes, propagam expressões de consciencialização política e antirracista, como por exemplo o movimento *#blacklivesmatter*. Por outro lado, o Twitter tem sido também um veículo de condutas de ódio contra lideranças políticas e agentes dos media em geral, além de afirmações ambíguas como a *hashtag* *#portugalnaoeumpairacista*, da autoria do Chega, partido que é caracterizado pelos mais diversos atores políticos e sociais como defensor de uma ideologia racista.

11.1 Método de análise

Foi adotada uma abordagem qualitativa para a análise dos *posts* no Twitter, tendo sido coletadas diversas publicações entre 1 de janeiro de 2019 e 31 de outubro de 2021, o que possibilitou identificar o modo como a violência racial é naturalizada nas postagens do dia-a-dia e quais os principais argumentos utilizados. Deste conjunto de dados, foram analisados e codificados *posts* de acordo com categorias temáticas, a que chamamos de “marcadores previamente elaborados”:

- Mapeamento de *tweets* com as *hashtags* #racismo e #xenofobia;
- identificação dos indivíduos e temas relacionados com as *hashtags* em questão, na análise de *tweets* e partilhas.

Para a coleta dos dados, foi utilizada a plataforma do próprio veículo *Advanced Search*, através da delimitação do período de recolha de dados (janeiro de 2019 a outubro de 2021), das palavra-chave através das *hashtags*, do idioma local (português) e da localização geográfica (comentários da autoria de usuários em Portugal). Refira-se que o motor de busca tem a capacidade de coletar exclusivamente os dados que se encaixam nos filtros elaborados pela pesquisa, dentro de todo o universo de dados públicos do Twitter.

A partir da lógica de preservação da identidade, (perfis analisados não serão expostos na sua integralidade) destacamos um conjunto de dados e discursos com os quais nos deparámos.

11.2 Tipos de marcadores encontrados

Apesar de grande parte dos *tweets* analisados configurarem discursos de ódio, podemos distingui-los, quer em termos de forma quer em termos de conteúdo.

11.2.1 Insulto “puro e duro”

@usuárix

·Oct 29, 2021

“Com a Joacine a sair da AR, será a vitória da Liberdade e da Inteligência. Ela foi “corrida” do seu partido e não aceitou deixar de receber o salário faustoso que auferia, sem fazer

nada em prol do Povo. A ideologia da Joacine é baseada no racismo: todos os que não são da sua cor”

11.2.2 Racismo reverso/inverso

@usuáriow

· Dec 9, 2020

“Jorge Jesus: “Está muito na moda isso do racismo. Hoje qualquer coisa que se possa dizer...Contra um negro é sempre sinal de racismo, se for contra um branco já não é sinal de racismo.”

11.2.3 Ideia de não pertença

O constante insulto “volta para a tua terra”, quase sempre utilizado para determinar a não pertença de corpos racializados em território português, foi um dos temas mais “debatidos” nesta rede social:

·Jan 13, 2020

Replying to: “Bosta de mamado ba mais sos racismo, ponham-nos na terra deles os maiores racistas na nossa sociedade”

11.2.4 Politicamente correto e Liberdade de Expressão

Sob a capa da “liberdade de expressão”, deparámo-nos com um conjunto de narrativas e expressões racistas importadas de outros contextos políticos e geográficos e disseminadas nesta rede social, como por exemplo os discursos acerca das “pessoas de bem”:

@usuárioq

·Jul 14, 2021

“imaginem quando começar a ditadura do politicamente correto em Portugal. imaginem deter pessoas por causa de racismo. a PIDE a voltar. estão mal, voltem para a vossa terra. aqui só queremos pessoas de bem, não importa a cor.”

11.2.5 Não há racismo em Portugal

A partir do mito da democracia racial e do luso-tropicalismo brasileiro, fortemente difundido no Brasil por Gilberto Freyre e por todo o imaginário pós-colonial, verificámos a hegemonia da tese de que Portugal não é um país racista. Neste sentido, os *tweets* que defendem a ideia de que o processo colonial português, tal como anteriormente

explicado, foi mais brando do que em outros territórios, propicia o suposto pensamento de integração entre os povos:

@usuárioy

·Jan 22, 2020

Replying to @usuáriow

“Esta sos racismo são uns racistas... 3 negros mataram um jovem á saída da faculdade. O que foi isso? Não há racismo em pt, deixem de querer ser vítimas. O racismo é social e não pelas cores de pele. Esta sos só precisa de ser domada parece um animal”

@A.CV.

Ago 1, 2021

“Alguns insistem nesta ideia anacrónica de que Portugal é um país racista. Outros - como estes heróis - mostram como isso é absurdo e nos une um enorme amor a este país! Parabéns aos nossos atletas olímpicos”

11. 2. 6 Racismo *online* e *offline*

Apesar do projeto se debruçar sobre os discursos de ódio que ocorrem na internet, é importante reforçar a ideia de que estes são igualmente produzidos *offline*. Não se tratam, portanto, de duas realidades estáticas. No caso em particular que focamos em seguida, observámos que um episódio de insultos e intimidações racistas ocorrido em Lisboa (tal como mostramos em baixo, na figura 3) teve um eco significativo no Twitter.



Figura 3: Imagens do ISCTE-IUL em 29/10/2020, decorrentes de ataque na instituição de ensino.

Entre as várias ameaças e insultos proferidos, destacamos os seguintes:

- “Zucas (termo pejorativo utilizado para se referir aos brasileiros), voltem para as favelas! Não vos queremos aqui!”
- “Morte aos pretos, por uma faculdade branca”
- “Portugal é branco. Pretos voltem para África!”
- “Morte aos ciganos. Portugueses digam sim ao racismo”
- “Viva a Europa branca”

11.3 Atores e temas mais encontrados

A partir da análise das postagens e perfis linkados com os conteúdos de incitação ao ódio recolhidos e que se proliferam na plataforma, percebemos a incidência de três personagens/citações constantes no debate:

1. Mamadou Ba - Militante Antirracista
2. Joacine Katar - Ex-Deputada Independente da Assembleia da República
3. André Ventura - Líder do Partido de Extrema-Direita Chega

Outros perfis individuais citados:

Conceição Queiroz - Jornalista CNN

Beatriz Gomes – Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa

Ossandra Liber - Vice-Presidente do Partido Aliança

Marega - Futebolista

Para além destes perfis, detetámos uma série de grupos que são alvo do discurso de ódio no Twitter, tais como ativistas antirracistas com ligação ao movimento negro e cigano em Portugal, personalidades dos media, políticos, jogadores de futebol, artistas e *influencers*.

A partir da análise dos assuntos mais partilhados, chegamos aos termos com a *hashtag* “racismo” que mais se destacam no contexto de Portugal, a partir dos *tweets* publicados:

Mamadou Ba - Joacine - Ventura - Chega - Marega - Alcindo - PSP - Cláudia Simões - Bruno Cande - blacklivesmatter - Conceição Queiroz - Manifestações - Beatriz Gomes - Ciganos - Racismo Inverso/Reverso – Jamaica

12 A produção de *memes* e a disseminação do ódio

Tendo em consideração a amplitude e interseccionalidade da área de estudo da linguística na busca pela compreensão dos significados que estão por detrás da própria produção da linguagem, considerámos importante dedicar uma especial atenção à produção dos denominados “*memes*” com os quais nos deparámos ao longo da pesquisa. De facto, se antes os discursos se restringiam à língua escrita, desde há algum tempo surgiu a possibilidade de agregar áudios, vídeos e/ou desenhos aos textos e recontextualizar linguagens marcadas pela multimodalidade (Arruda, 2017), materializando discursos que se apoiam em ideologias para se sustentar e fortalecer relações assimétricas de poder.

A relação entre linguagem e poder é concebida a partir da sua dimensão política e encontra-se naturalmente atrelada à estrutura social, evidenciada na outorga do “poder da palavra”. Com o advento das redes sociais, esta dimensão estende-se aos que, até há muito pouco tempo atrás, não tinham “direito” a estas manifestações (para o bem e para o mal), pelo que o que temos presenciado são práticas discursivas que vêm assumindo formas diversas tanto quanto as possibilidades tecnológicas nos permitem

Os memes na internet foram, assim, parte do escopo dessa pesquisa, na qual procurámos refletir criticamente sobre a forma de produzir “humor” através da manipulação de um jogo com elementos linguísticos/imagéticos que, justamente porque se situam nas bordas do que deveriam ser os limites éticos, atuam a serviço dessas ideologias, naturalizando o racismo, ancorando-se no elemento humorístico para se esquivar a uma confrontalidade. Neste sentido, é importante olhar para o contexto de produção do seu conteúdo, já que os memes são uma via de compreensão sobre o modo como a ironia, humor e sátira se relacionam com o sistema de opressão racial (Askanius, 2021).

Para além de envolver situações económicas, de poder, de uso de signos e símbolos para expressar ideias sem que haja um confronto direto, o seu contexto abarca, ainda, a produção e receção. Por outras palavras, quem produz o quê e para quem? Vrieling (2013) chama atenção para a diferença entre os produtores do discurso de ódio: um tipo que apelida de “criminosos por convicção”, que são pessoas que têm a clara intenção de se envolver no discurso do ódio, e aqueles a que denomina de “incidentalistas”. Pensamos que esta forma binária não dá conta das nuances dos produtores destes discursos, já que os memes podem ser produzidos, por exemplo, pelos chamados “incidentalistas”, pessoas próximas das que passariam despercebidas, mas que em termos de posição racial/política/género possuem convicções e posicionamentos que os definem claramente quando surgem com uma “piada” racista, uma publicação sobre ciganos ou sobre comunidade LGBTQIA+.

No entender de Moreira, Lima e Batista Júnior (2021: 10),

É importante que estejamos sempre atentas/os ao potencial dos discursos materializados no todo multimodal dos memes de internet, em razão de eles serem frequentemente empregados por forças hegemônicas como poderosos artifícios para a instauração, sustentação e universalização de discursos particulares mobilizados por ideologias excludentes, profundamente arraigadas em concepções eurocêtricas do mundo, marcadas pelo negacionismo e uma miríade de preconceitos que oprimem, exploram, subvalorizam, silenciam e matam indivíduos marginalizados e em situação de vulnerabilidade social.

Selecionámos alguns memes específicos, que têm como alvo a ex-deputada Joacine Katar Moreira, para refletirmos sobre alguns apontamentos acerca destes discursos de ódio. Muitos outros foram recolhidos, mas pensamos que estes dão conta de diferentes

aspectos que levantámos acima.

Há memes puramente imagéticos, que dialogam com os textos maiores que se seguem e se pautam pela exacerbação de traços físicos (como abaixo), em que feições raivosas, quase animais, são acentuadas (boca aberta, quase a rosnar, olhos arregalados, mãos em punho, simbologia adotada pelos Movimentos Negros e pela esquerda política).

Observámos o título de um blogue²³ no qual se afirma: “Joacine diz: Eu não gaguejo, são é várias pessoas a tentar falar ao mesmo tempo.” A imagem, por si só, é capaz de transmitir toda a mensagem. No entanto, quando articulada com o texto que se segue, a ampliação das ironias e figuras de linguagem vão adquirindo outros contornos, passando o texto a ser metalinguístico.

Figura 4: caricatura de Joacine Katar Moreira



Baseados sobretudo numa fotografia específica que tem circulado nas redes como um retrato da deputada para associá-la a elementos de “selvageria”, de “primitivismo”, de animalidade, numa contraposição muito fundamental na/da cartilha colonialista, a figura da ex-deputada aparece algumas vezes na forma de desenho, somente com a imagem/fotografia ou associada a pequenos textos. Estes escritos podem ser desde textos deliberadamente racistas (como à esquerda, em baixo) até outros que fazem trocadilhos com outras características de Joacine katar, que não apenas as visuais (como a sua gaguez, que foi largamente explorada, gerando ainda um outro tipo de meme, o meme sonoro, entrando em paródias musicais, intervenções de *Tik Tok* e vídeos), como no meme à direita, em que há um elemento que busca o humor para ancorar o discurso

²³ <https://www.noticiasmagazine.pt/2020/joacine-eu-nao-gaguejo-sao-e-varias-pessoas-a-tentar-falar-ao-mesmo-tempo/cronicas/245436/>

de ódio:



Figura 5: Imagem de Joacine katar Moreira, acompanhada de insultos racistas



Figura 6: Imagem de Joacine katar Moreira, acompanhada por uma legenda “humorística”

Nas atuais dinâmicas do universo digital, torna-se difícil delimitar os contornos do que seja um meme (Chagas, 2019). Este caráter amplo e poroso da categoria, que tem como base a ironia e intertextualidade, talvez corresponda às características mais proeminentes deste género discursivo, que vem sendo apropriado, enquanto ferramenta de propagação dos discursos de ódio.

É importante ter em consideração este caráter construtivo de “mão dupla” (dois sentidos) dos memes que não somente são produzidos, mas consumidos e repetidos ativamente pelo público. Num outro meme, envolvendo a ex-deputada Joacine Katar e o ativista Mamadou Ba, a jornalista Tânia Laranjo da CMTV repostou um meme profundamente racista, fundamentado no “humor” sobre o *Black Friday* e a imagem de duas pessoas negras.



Figura 7: Imagem de Joacine katar Moreira e da Mamadou Ba, acompanhada por uma legenda racista e pretensamente “cômica”

Novamente colocando pessoas racializadas na mesma condição de objetos/mercadorias, a “piada” do meme recai sobre o *Black Friday* (compra/saldo) num trocadilho com a própria palavra utilizada amplamente para este dia de “compra” barata. Estes jogos linguísticos somente evidenciam que o modus operandi do colonialismo segue ativo e ancorado nas mesmas lógicas de exclusão, ridicularização, diminuição (num sentido amplo) e que, deste modo, utilizar ferramentas que articulam o humor e a ironia pode isentar tais produtores/propagadores de discursos de ódio de apontamentos que não têm espaço numa sociedade que se quer múltipla.

13 Resultados do Inquérito

Tal como referido anteriormente, a equipa do projeto, tendo como objetivo o mapeamento acerca do perfil das pessoas que têm sido alvo de discursos de ódio na internet, elaborou um inquérito que esteve *online* entre os meses de novembro e dezembro de 2021. Para além de pretendermos conhecer melhor aqueles/as que são alvo de ódio racial, considerámos que a recolha de outras informações poderia contribuir positivamente para estimular outras pesquisas académicas no contexto nacional. O inquérito, que foi respondido por 279 pessoas, proporcionou assim o estabelecimento de um quadro mais completo da realidade digital nacional. Entre os resultados recolhidos, destacamos os pontos mais relevantes:

- 39% dos/as inquiridos/as declararam que já sofreram discursos de ódio na internet, pelo menos uma vez;
- Na sua grande maioria são pessoas que se identificam com o género feminino, correspondendo a 62,6% dos inquiridos, que se situam na faixa etária 36-50 anos;
- Quanto à origem/pertença étnico-racial, 27,1% dos participantes declaram-se como portugueses negros e/ou negros de origem africana;
- Os veículos com maior incidência de relatos de discursos de ódio são o Facebook (37,3%) e as caixas de comentários de jornais nacionais (19%);
- 47% dos ataques possuem teor de ódio em relação à origem étnico-racial;
- As faixas etárias mais representativas estão situadas entre os 36-50 anos (37,8%),

seguindo-se o escalão imediatamente abaixo (26-35 anos), correspondente a 30,2% dos/as inquiridos/as;

- 77,6% dos/as inquiridos/as refere que os ataques racistas de que foi alvo tiveram impacto na sua saúde mental, nomeadamente ansiedade, sensação de impotência ou fadiga (38,5%) ou desenvolvimento de contra-ataques aos discursos de ódio sofridos (32,9%);
- 33,6% dos inquiridos denunciou os discursos de ódio decorrentes de interações em plataformas digitais;
- 74,8% dos inquiridos considera que a pandemia global, gerada pela Covid-19, influenciou a propagação de discursos de ódio no meio digital.

14 Divulgação e comunicação dos resultados

Tendo em vista a apresentação e disseminação dos resultados do projeto, foram seguidas diferentes estratégias, procurando, dessa forma, envolver um conjunto diversificado de atores sociais. Assim, para além da disseminação de materiais, desenvolveram-se várias atividades ao longo dos onze meses do projeto.

No que concerne aos materiais de divulgação, destacamos a elaboração do site do projeto. Para além do site, a equipa considerou importante explorar outros materiais de divulgação e apresentação do projeto. Assim, foram produzidos quinhentos *folders* (em formato A4 aberto, A5 fechado) que contêm informações importantes sobre a investigação.

As estratégias e os momentos de apresentação, divulgação e discussão do projeto foram os seguintes:

- Participação, por convite, na sessão intitulada “Sociological implications of the rise of hate speeches: building alternative futures against racism, xenophobia and misogyny”, no âmbito da *European Sociological Association Conference (ESA)*, a 1 setembro de 2021;
- Apresentação do projeto no programa “90 Segundos de Ciência”, na estação de rádio Antena 1, emitido a 14 de setembro de 2021²⁴;

²⁴ Disponível em <https://www.rtp.pt/play/p2936/e566450/90-segundos-ciencia>

-Apresentação do projeto, no âmbito da sessão “A Liberdade de Expressão e os Discursos Anti-Imigração nas Redes Sociais”, organizada pela Casa do Brasil de Lisboa no dia 27 de outubro de 2021 e englobada no ciclo de Tertúlias “Contra Mitos, Muitos Argumentos”;

-Seminário de apresentação e discussão dos resultados do projeto, no *Museu do Aljube e da Resistência*, realizado no dia 15 de fevereiro de 2021. A sessão pública contou com a participação dos oradores Mamadou Ba (SOS Racismo), Conceição Queiroz (CNN Portugal) e Leonardo Custódio (Åbo Akademi University). Refira-se que o seminário também fez parte da própria calendarização das atividades do museu, o que proporcionou a divulgação não só junto da comunidade académica, como também junto da sociedade civil.

-Entrevista concedida à *CRIAções*, espaço de Comunicação de Ciência do CRIA, tendo em vista a apresentação do projeto e dos seus resultados, publicada em abril de 2022.

-Apresentação dos resultados do projeto, no âmbito de um seminário interno do Centro em Rede de Investigação de Antropologia (CRIA), no dia 21 de abril de 2022;

15 Conclusões

Ao longo dos onze meses do projeto procurámos responder aos objetivos inicialmente traçados que passavam, em linhas gerais, pela monitorização, compreensão e caracterização dos discursos de ódio racial no contexto digital português. Assim, ao estabelecermos um diálogo crítico com o quadro ideológico que os sustenta, partimos da ideia de que o racismo não constitui um epifenómeno na história europeia e, naturalmente, na portuguesa. Com efeito, a linha teórica na qual a investigação se apoiou defende que é justamente o carácter estrutural do racismo que cria as condições necessárias para a consolidação e banalização das narrativas de ódio. Prova disso, é o facto de uma parte significativa dos discursos analisados reproduzirem, inequivocamente, narrativas herdadas do passado colonial nas quais sobressaem noções de superioridade civilizacional e intelectual.

Apesar do racismo estrutural que caracteriza a sociedade portuguesa, consideramos que a normalização dos discursos de ódio racista e xenófobo também se deve, em parte, ao contexto político internacional dos últimos anos, que criou condições favoráveis para

a banalização da violência racista. De facto, é notório que uma parte considerável das estratégias discursivas que foram objeto de análise, visíveis através dos próprios termos utilizados, assemelham-se àquelas que se observam noutros espaços geográficos e culturais, em particular, no brasileiro e no norte-americano.

Aliás, a importação desses discursos, slogans e retórica discursiva faz parte da estratégia seguida pela extrema-direita nacional, que tem vindo a disseminar quotidianamente o seu racismo no espaço público, particularmente através dos meios digitais. Assim, a par da reprodução e disseminação de expressões racistas e xenófobas, a aparente despreocupação evidenciada pelos/as atores/as que propagam discursos de ódio decorre igualmente da legitimação que tem sido conferida à extrema-direita por parte de um conjunto variado de atores. Entre esses, parece-nos pertinente destacar o papel desempenhado pelos próprios media.

Com efeito, a progressiva normalização dos discursos de ódio não pode ser dissociada das estratégias adotadas por uma boa parte dos meios de comunicação *mainstream*, que, sob o pretexto da denominada “liberdade de expressão” e/ou dos próprios critérios editoriais seguidos, também tem contribuído para a disseminação do racismo. De facto, tem vindo a assistir-se, cada vez mais, a debates pretensamente neutros sobre liberdade de expressão, assentes num dissimulado universalismo liberal, que procuram definir os limites do que pode e não pode ser dito e do que pode ou não ser chamado de racismo (Lentin, 2018).

É, pois, debaixo da hegemonia deste quadro ideológico liberal que podemos constatar que uma boa parte dos discursos de ódio se refugia justamente na tese da liberdade de expressão, tal como mostrámos em várias fases da pesquisa. A par disso, foi possível detetar inúmeros comentários, *posts* e *tweets* que negam veementemente o racismo que propagam. Dito de outra forma, ao mesmo tempo que se exerce poder sobre o “outro”, nega-se violência desses discursos. Este padrão vai ao encontro de uma narrativa que é dominante na sociedade portuguesa e que insiste em negar o carácter estrutural do racismo – do qual a *hashtag* “portugalnaoeracista” é o exemplo acabado – ou que, reconhecendo-o, atribui-o a uma minoria de indivíduos.

Embora este slogan tenha sido adotado pela extrema-direita parlamentar, defendemos que essa retórica discursiva ultrapassa largamente esse campo político. Efetivamente, da análise efetuada, foi possível perceber a complexidade das narrativas

racistas, os seus vínculos com o discurso de ódio e a sua relação com a perpetuação da ideologia colonial. Tal como ficou bem perceptível em vários dos comentários analisados, os insultos racistas dirigidos à população afrodescendente são consistentemente acompanhados pela celebração e exaltação do passado colonial.

A violência simbólica que é permanentemente exercida sobre corpos negros é reveladora do modo como o colonialismo português continua a alimentar a narrativa do seu exceccionalismo, mantendo-se, na contemporaneidade, noções de pertença e exclusão, justamente a partir de critérios étnico-raciais. Assim, a marginalização da comunidade negra do imaginário nacional é discursivamente articulada a partir do imaginário colonial, assente na dicotomia civilizado *versus* primitivo. Este processo, que também se produz a partir do exercício da violência verbal, é particularmente visível nos discursos de ódio racial que têm como alvos os/as ativistas antirracistas.

Para além da extrema violência que caracteriza esses discursos, deparámo-nos com a vitimização de quem produz o ódio, numa inversão do ónus, com ataques diretos à vítima, o que se classifica de “racismo inverso/reverso”. Tal prática encontra-se perfeitamente normalizada e identificável em largas centenas de comentários e postagens nos meios digitais. Reforçando a ideia anteriormente explanada, é crucial desconstruir a falácia do “racismo inverso”. Tratando-se o racismo de uma questão de poder e de privilégio, a tese da sua inversão não parece produzir qualquer efeito, no sentido em que pretensos insultos dirigidos a pessoas brancas não remetem para qualquer processo de desumanização e dominação. Por outras palavras, não faz sentido procurar fazer dos oprimidos os opressores.

A par do ódio racial dirigido às populações negras, a nossa pesquisa deparou-se com um profundo *anticiganismo*. Conforme sinalizámos, e à semelhança do que tem sido enfatizado em vários estudos no contexto europeu (Guillem, 2011; Kyslova et al, 2020), os discursos racistas dirigidos às populações ciganas encontram-se perfeitamente normalizados na sociedade portuguesa, pelo que as narrativas analisadas correspondem, de facto, a práticas quotidianas que têm sido consistentemente reproduzidas pelos mais variados atores sociais. Uma vez mais, e não negando o papel desempenhado pela extrema-direita, é importante reafirmar que a *ciganofobia* tem sido igualmente reproduzida por representantes de quase todo o espectro político, tal como

ficou evidente a propósito das intenções em confinar esta comunidade durante a pandemia.

Essas intenções foram fortemente apoiadas por muitos dos internautas, que, inclusivamente, legitimaram o uso da violência policial, não só como forma de fazer cumprir as regras sanitárias, como também para “manter a ordem” nos bairros marginalizados. Neste sentido, pudemos constatar que a *ciganofobia*, produzida e reproduzida na internet, encontra-se visceralmente naturalizada e sem a aparente preocupação em “moderar” a própria linguagem, tal como acontece, por vezes, nos discursos racistas que têm como alvo outros grupos étnico-raciais.

Outra das conclusões importantes diz respeito às narrativas dirigidas a refugiados e imigrantes oriundos de territórios percebidos como “islâmicos”, principalmente do continente africano. Conforme também previamente sublinhado, essas populações, embora altamente heterogêneas - quer do ponto de vista étnico-racial quer religioso - são apelidadas de “muçulmanas”. Neste sentido, os discursos direcionados aos “muçulmanos”, refugiados e imigrantes racializados com os quais nos deparámos apontam claramente para a existência de um quadro ideológico marcado por uma islamofobia profunda e abertamente declarada. Refira-se que este argumento vai justamente ao encontro de outros trabalhos realizados no contexto europeu, nos quais se defende que os discursos racistas e a xenófobos dirigidos às populações migrantes não-brancas estão no centro da cultura europeia e não nas suas margens (Mudde, 2010; Siopera, 2019).

Desta forma, é importante salientar que a solidificação da islamofobia e a sua normalização no espaço público da internet é uma das características mais marcantes que resulta da análise dos dados recolhidos. Apesar de não ser um fenómeno novo, a sua naturalização decorre, em larga medida, de uma cultura de vigilância e securitização que se tem vindo a intensificar nas sociedades ocidentais nas últimas duas décadas, que construiu e reificou a ideia de uma “cultura muçulmana” que ameaça os “nossos” valores liberais (Titley, 2020).

Relativamente ao impacto da pandemia nos discursos de ódio, deve sublinhar-se, em primeiro lugar, que a análise comparativa efetuada revela um *continuum* no que se refere ao conteúdo das próprias narrativas racistas e xenófobas. Com efeito, os discursos analisados durante o período pré-pandémico não diferem do período

seguinte. Aliás, um dos eventos mais significativos que foi alvo de análise (o “caso” do bairro da Jamaica), que contou com largas centenas de comentários, *posts* e *tweets*, ocorreu no início de 2019, ou seja, numa altura anterior à pandemia. Para além do elevado número de reações na esfera digital, este evento teve uma enorme repercussão no espaço público.

Um segundo exemplo que reforça a ideia de que não terá sido a pandemia a “tornar” a sociedade racista foram as eleições legislativas de outubro de 2019. Tal como evidenciámos, a violência racista dirigida à ex-deputada Joacine Katar Moreira, quer através de discursos quer através da disseminação de memes, bem como ao ativista Mamadou Ba, atingiu enormes proporções. Na nossa perspetiva, e à semelhança do que afirmámos anteriormente, algumas forças políticas situadas fora do espectro da extrema-direita, bem como uma boa parte dos media *mainstream*, contribuíram enormemente para a criação de um clima que favoreceu uma violenta disseminação de discursos de ódio racial. Neste sentido, reafirmamos que a pandemia não alterou significativamente o quadro ideológico dominante, assistindo-se, sim, a uma continuação de um paradigma já anteriormente sinalizado, que se caracteriza por uma violência discursiva exercida sobre populações racializadas.

Dito isto, importa sinalizar que dados recentes no contexto internacional apontam para um aumento dos discursos de ódio durante o período pandémico²⁵. Embora essa quantificação não tenha sido analisada neste projeto, de acordo com a nossa leitura, esse aspeto poderá ter a ver com a especificidade da altura vivida, isto é, com o facto de muitas pessoas terem passado períodos mais longos junto dos seus computadores e telemóveis. Assim, decorrente da análise comparativa efetuada entre o período pré-pandémico e pandémico, os nossos dados apontam, incontornavelmente, para um padrão de continuidade.

Tal não significa, contudo, que se deva ignorar o impacto da pandemia na produção ou na intensificação do ódio. Assim, sinalizámos a importação de narrativas que responsabilizavam as populações asiáticas pelo surgimento da pandemia, apelidando a Covid-19 de “vírus chinês”. Assistiu-se, portanto, à produção de discursos produzidos não só pela da extrema-direita, como também por vários sectores liberais, que

²⁵ <https://www.ditchthelabel.org/uncovered-online-hate-speech-in-the-covid-era/>

atribuíram e/ou sugeriam que a responsabilidade coletiva da pandemia caberia às populações não brancas: às asiáticas pelo facto dos seus hábitos culturais e alimentares terem despoletado o surgimento de uma pandemia e a outras que, pelo não seguimento das normas sanitárias, terem facilitado a disseminação dos contágios. Como facilmente se depreende, estas narrativas de culpabilização coletiva não só legitimaram como impulsionaram os discursos de ódio com os quais nos deparámos ao longo da pesquisa.

Partindo das conclusões explanadas, consideramos que há um longo caminho a percorrer no que concerne à erradicação dos discursos de ódio. Antes de qualquer estratégia específica, é fundamental que se reconheça o lugar que o racismo ocupa na sociedade portuguesa. Somente a partir daí será possível combater eficazmente as diferentes formas de violência racial que atentam contra a dignidade humana.

Recomendações

Embora cientes que a luta antirracista ultrapassa largamente as fronteiras jurídicas, recomendamos a implementação de um conjunto de medidas que visem, por um lado, a proteção de pessoas e grupos historicamente marginalizados e, por outro, que funcionem como um mecanismo dissuasor. Assim, no plano jurídico, defendemos as seguintes medidas:

- Tipificação clara e inequívoca do que constitui discurso de ódio e violência racial;
- Congregação de esforços para que, na ordem jurídica ordinária, haja uma lei contra o racismo de carácter penal, tal como acontece, por exemplo, com a violência doméstica;
- Criminalização dos discursos de ódio. Estes devem deixar de estar sob a lógica do regime jurídico contra-ordenacional para passarem a ser devidamente criminalizados;
- Preenchimento do vazio legal que tem sido apontado por vários atores sociais, o que dificulta o combate eficaz aos discursos de ódio. Na prática, isso tem significado que os/as autores/as desses discursos possam gozar de impunidade. Devemos, portanto, refletir sobre os limites estabelecidos entre o discurso de ódio na internet e liberdade de expressão, bem como o carácter punitivo, quer com os perfis independentes quer com as páginas de jornais e demais veículos de comunicação, agentes políticos e do Estado, para que a internet deixe de ser encarada como uma “terra sem lei”.

No que concerne às políticas a adotar pelas plataformas digitais e pelas entidades públicas, defendemos as seguintes recomendações:

-Cessação das denominadas caixas de comentários, uma vez que estes espaços têm funcionado como uma plataforma de disseminação de ódio racial. Na impossibilidade de os jornais não possuírem os recursos humanos necessários para monitorizar os comentários racistas e xenófobos nas respetivas edições *online*, estes espaços devem ser terminados. A busca pelo lucro, gerado pelos *clickbait*s, não se pode sobrepor aos valores de igualdade e da dignidade humana;

-Criação de campanhas de informação dirigidas à sociedade civil de forma a esclarecer as pessoas alvos de discursos de ódio acerca dos procedimentos a seguir;

-Instar os poderes públicos e científicos ao estabelecimento de uma efetiva discussão acerca do lugar que o racismo ocupa na sociedade portuguesa;

-Revisão dos conteúdos dos manuais escolares, em particular o modo como a glorificação do colonialismo português perpetua o paradigma racista e eurocêntrico, tal como tem vindo a ser sinalizado (Araújo e Maeso, 2012; Roldão, 2019);

-Realização de ações nos estabelecimentos de ensino que tenham como objetivo o debate e a construção de ferramentas educativas que previnam e combatam a violação de direitos humanos com especial ênfase para o contexto digital.

Referências bibliográficas

Almeida, Silvio (2018), *O que é o Racismo Estrutural?* Belo Horizonte: Letramento.

Araújo, Marta (2016), "A very 'prudent integration': white flight, school segregation and the depoliticization of (anti) racism", *Race Ethnicity and Education*, 19 (2) 300-323. <https://doi.org/10.1080/13613324.2014.969225>

Araújo, Marta (2019), "A Islamofobia e as suas narrativas em Portugal: conhecimento, política, média e ciberespaço", *Oficina do CES*, 447, 1-37.

Arruda, R.B.L (2017), "Gênero meme e ensino de leitura: investigando o letramento multimodal crítico de alunos de língua inglesa". Dissertação apresentada à Universidade Federal do Ceará, Acedido a 15 de janeiro de 2021 e disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=82927>

Askanius, Tina (2021), "On Frogs, Monkeys, and Execution Memes: Exploring the Humor-Hate Nexus at the Intersection of Neo-Nazi and Alt-Right Movements in Sweden", *Television & New Media*, 22 (2) 147–165. <https://doi.org/10.1177/1527476420982234>

Bari, Fatumata Dicó (2021), *Expressões do racismo nos espaços de comentário do Facebook de jornais nacionais: O caso Bairro da Jamaica*. Dissertação de Mestrado apresentada ao ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Bastos, José Pereira (2012), *Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal*. Lisboa: Colibri.

Benjamin, Ruha (2019), *Race After Technology*. Cambridge: Polity Press.

Bento, Maria Silva (2002), "Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público", Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Psicologia da USP.

Bonilla-Silva, Eduardo (1996), "Rethinking Racism: Toward A Structural Interpretation ", *American Sociological Review*, 62 (3) 465-480. <https://doi.org/10.2307/2657316>

Castelo, Cláudia (1998), *O Modo Português de Estar no Mundo: o Lusotropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.

Chagas, Viktor (2020), "Da Memética aos Estudos sobre Memes: uma revisão da literatura concernente ao campo nas últimas cinco décadas (1976-2019)", In Viktor Chagas (org.), *A Cultura dos Memes: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital*. Salvador: EDUFBA, 23-78.

Daniels, Jessie (2013), "Race and racism in Internet Studies: A review and critique", *New media & Society* 15 (5) 695–719. <https://doi.org/10.1177/1461444812462849>

Du Bois, W. E. B. (1998), *The Souls of Black Folk*, Tradução de José Luiz Pereira da Costa. Versão domínio público [orig.1903]. Acedido a 5 de outubro de 2019 e disponível em: <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/04/as-almas-do-povo-negro-w-e-b-du-bois.pdf>

Essed, Philomena (1991), *Understanding Everyday Racism*. Newbury Park: Sage.

Evolvi, Giulia (2018), "Hate in a Tweet: Exploring Internet-Based Islamophobic Discourses", *Religions*, 9 (10) 307. <https://doi.org/10.3390/rel9100307>

Fanon, Frantz (1975), *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Porto: Paisagem [orig.1952].

Fanon, Frantz (2015), *Os Condenados da Terra*. Lisboa: Letra Livre [orig.1961].

Ferreira, Catarina (2020), *Discursos de ódio nas redes sociais: da desumanização à radicalização*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Católica Portuguesa.

Fouché, Rayvon (2012), "From Black Inventors to One Lap Top Per Child", in *Race after the Internet*, Lisa Nakamura e Peter Chow-White (eds), New York and London: Routledge, 61-84.

Guillem, Susana Martinez (2011), "European Identity: Across Which Lines? Defining Europe Through Public Discourses on the Roma", *Journal of International and Intercultural Communication*, 4 (1) 23-41. <https://doi.org/10.1080/17513057.2010.533788>

Hesse, Barnor (2007), "Racialized modernity: an analytics of white mythologies", *Ethnic and Racial Studies*, 30 (4) 643-663. <https://doi.org/10.1080/01419870701356064>

Kilomba, Grada (2020). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.

Kyslova, Olga; Kuzina, Irina e Dyrda, Irina (2020), "Hate Speech Against the Roma Minority on Ukrainian Web Space", *Ideology and Politics*, 2 (16), 252-278. <https://doi.org/10.36169/2227-6068.2020.01.00021>

Maeso, Silvia Rodríguez (2015), "'Civilising' the Roma? The depoliticisation of (anti-)racism within the politics of integration", *Identities. Global Studies in Culture and Power*, 22, (1) 53-70. <https://doi.org/10.1080/1070289X.2014.931234>

Maeso, Silvia Rodríguez; Alves, Ana Rita e Fernandes, Sara (2021), “A implementação de combate à discriminação racial em Portugal: uma abordagem sociolegal”, in *O Estado do Racismo em Portugal: Racismo Antinegro e Anticiganismo no Direito e nas Políticas Públicas*, Silvia Rodríguez Maeso (org.). Lisboa: Tinta da China, 59-90.

Magano, Olga e Maria M. Mendes (2021), "Structural Racism and Racialization of Roma/Ciganos in Portugal: The Case of Secondary School Students during the COVID-19 Pandemic", *Social Sciences* 10 (6) 203. <https://doi.org/10.3390/socsci10060203>

Mapril, José (2012), “Será que Deus não precisa de passaporte? Islão ‘imigrante’, normatividades seculares e islamofobia”, in Bruno P. Dias e Nuno Dias (orgs.), *Imigração e Racismo em Portugal: o lugar do outro*. Lisboa: Edições 70/Le Monde diplomatique, 137-152.

Matamoros-Fernández, Ariadna e Farkas, Johan (2021), “Race, Hate Speech and Social Media: A Systematic Review and Critique”, *Television & New Media*, 22 (2) 205-224. <https://doi.org/10.1177/1527476420982230>

Mills, Charles Wright (2018), “Ignorância branca” [tradução de Breno Ricardo Guimarães Santos], *Griot: Revista de Filosofia*, 17 (1) 413-438. <https://doi.org/10.31977/grirfi.v17i1.785>

Moreira, Ailton; Lima, Ana Maria e Batista Júnior, José (2021), “Memes Negro – o discurso racista (des)velado na composição multimodal”, *Revista da ABRALIN*, 20 (2) 1-24. <https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i2.1888>

Mudde, Cas (2010), “The Populist Radical Right: A Pathological Normalcy”, *West European Politics*, 33 (6) 1167-1186. <https://doi.org/10.1080/01402382.2010.508901>

Nascimento, Abdias (2016), *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva SA.

Nascimento, Beatriz (2018), *Possibilidades nos Dias de Destruição*. Diáspora Africana: Filhos da África.

Oliveira, Taís; Lima, Dulcilei; Penteado, Claudio (2020), “# QuemMandouMatarMarielle: a mobilização online um ano após o assassinato de Marielle Franco”, *Líbero*, 45, 138-157.

Quintanilha, Tiago (2018), “2029 - O fim dos jornais em papel em Portugal? Um estudo longitudinal sobre os principais indicadores de desempenho no sector da imprensa escrita tradicional portuguesa”, *Observatório*, 12 (3) 138-155. <https://doi.org/10.15847/obsOBS12320181318>

Rajagopal, Arvind (2002), "Living in a State of Emergency", *Television & New Media*, 3 (2) 173-175. <https://doi.org/10.1177/152747640200300208>

Roldão, Cristina (2019), "Os Afrodescendentes no Sistema Educativo Português: Racismo institucional e continuidades coloniais", in Anderson Oliva e Marjorie Marona, Renísia Felice e Wanderson Nascimento (orgs.), *Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal. E-book: Autêntica*, 163-186.

Siapera, Eugenia; Moreo, Elena e Zhou, Jiang (2018), "Hate Track Tracking And Monitoring Racist Speech Online", Relatório apresentado ao *Irish Research Council*.

Siapera, Eugenia (2019), "Organised and Ambient Digital Racism: Multidirectional Flows in the Irish Digital Sphere", *Open Library of Humanities* 5 (1) <https://doi.org/10.16995/olh.405>

Silva, Tarcízio (2019), "Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código", VI Simpósio Internacional Lavits, intitulado *Assimetrias e (In)visibilidades: Vigilância, Gênero e Raça*, 1-17.

Silva, Tarcízio (2020), *Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos*. São Paulo: Literarua.

Solomos, John e Shuster, Liza (2002), "Hate speech, Violence and Contemporary Racisms", in *Europe's New Racism: Causes, Manifestations, and Solutions*. Evens Foundation (ed), Berghahn Books: Oxford e New York, 43-55.

Teles, Beatriz Nascimento (2020), "Violência policial e o debate no Twitter em Portugal: o caso do Bairro da Jamaica", *Intercom – Revista Brasileira Ciências Comunicação*, 43 (1) 147-164. <https://doi.org/10.1590/1809-5844202018>

Trindade, Luiz (2020), "Mídias Sociais e a Naturalização de discursos racistas no Brasil", in Tarcízio Silva (org.), *Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos*. São Paulo: Literarua, 26-41.

Van Dijk, Teun (2005), "Ideologia y análisis del discurso", *Utopia y Praxis Latinoamericana*, 10 (29) 9-36.

Vakil, AbdoolKarim (2004), "Pensar o Islão: questões coloniais, interrogações pós-coloniais", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, 17-52. <https://doi.org/10.4000/rccs.1335>

Vrielink, Jogchum (2013), "'Islamophobia' and the law: Belgian hate speech legislation and the wilful destruction of the Koran", *International Journal of Discrimination and the Law*, 14 (1), 54-65. <https://doi.org/10.1177%2F1358229113500418>

Wodak, Ruth e Meyer, Michael (2001), *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage.

Yel, Ali Murat, (2018), "Islamophobia in Portugal: National Report 2017", in *European Islamophobia Report*, Enes Bayrakli e Farid Hafez (eds), Seta: Istanbul, 483-498.